

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO
PORTUGUESA

- ALGUMAS DECORRÊNCIAS ECONÓMICAS

JURÍ:

PRESIDENTE: PROF. DOUTOR JOÃO FERREIRA DO AMARAL (ORIENTADOR)

VOGAIS: PROF.^a DOUTORA MARGARIDA CHAGAS LOPES

PROF.^a DOUTORA MARIA MANUELA ARCANJO

MESTRANDO: RUI MIGUEL VIEIRA DE SOUSA

Prova pública: ISEG, 14 de Dezembro de 2009

NOME: RUI MIGUEL VIEIRA DE SOUSA

MESTRADO EM: CIÊNCIAS ECONÓMICAS

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOÃO FERREIRA DO AMARAL

TÍTULO: ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA – ALGUMAS DECORRÊNCIAS ECONÓMICAS

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo analisar algumas consequências económicas do envelhecimento demográfico em Portugal. Baseando-nos, essencialmente, em projecções e documentos publicados por entidades nacionais e internacionais procuramos analisar a evolução da população portuguesa nas próximas décadas e alguns impactos a nível económico e social. O envelhecimento da população apresenta um conjunto de desafios como a sustentabilidade do sistema de segurança social, o crescimento económico, o envelhecimento activo e a produtividade. Mas também representa um conjunto de oportunidades como novos mercados económicos, novas profissões e a maior tolerância social.

A dissertação está dividida em três partes: na primeira parte apresentamos os aspectos metodológicos do trabalho e o enquadramento demográfico de Portugal; na segunda parte enunciamos algumas políticas correctivas da tendência demográfica e alguns conceitos na abordagem ao envelhecimento; finalmente, na terceira parte analisamos a importância das redes de suporte e alguns impactos da evolução demográfica na economia portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento da População; Sistema de Segurança Social; Despesa do Estado; Envelhecimento Activo; Redes de Suporte Formais e Informais; Portugal.

ABSTRACT

The main focus of this work is to analyze some economic impacts of ageing in Portugal. Using, essentially, national and international projections and documents, we intend to analyze the population evolution in the next decades and some economic and social impacts of ageing. The demographic projections point to economic and social challenges like the social security system sustainability, economic growth, active ageing and productivity, but also provide a window of opportunities like new markets, new jobs and social tolerance.

This thesis is set in three parts: first we refer to the methodological aspects of the work and then illustrate the Portuguese demographic framing; secondly, we present some corrective policies of the demographic trend and ageing concepts; third, we analyze the importance of formal and informal social networks support and finish with several ageing economic impacts.

KEYWORDS: Ageing Population; Social Security System; State Expenditure; Active Ageing, Formal and Informal Social Networks Support, Portugal.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, em primeiro lugar, agradecer profundamente ao meu orientador científico, Prof. Doutor João Ferreira do Amaral, pela sua permanente disponibilidade, todo o seu conhecimento e confiança, indispensáveis à elaboração do presente texto.

À minha namorada, Filipa Silva, pela compreensão, confiança e incentivo. Aos meus bons amigos, Manuel Achando e Carlos Pinto, pela amizade e horas de debate.

Às minhas irmãs, Zaida Sousa e Liliana Sousa, sempre presentes e sempre prontas a ajudar.

Aos meus pais, Maximino R. Sousa e M.^a Fernanda Sousa, a quem dedico o presente trabalho, pela oportunidade, apoio e carinho, que deram ao longo do meu percurso académico, que hoje, conhece o fim de mais uma etapa.

ÍNDICE DE CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
------------------------------	---

PARTE I. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO**DEMOGRÁFICO DO ENVELHECIMENTO**

CAPÍTULO 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NO PRESENTE ESTUDO	3
--	---

CAPÍTULO 3. ENVELHECIMENTO: ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DE PORTUGAL NA EUROPA	9
--	---

**PARTE II. CONCEITOS RELEVANTES E ASPECTOS TEÓRICOS DO
ENVELHECIMENTO**

CAPÍTULO 4. ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS RELACIONADOS COM POLÍTICAS CORRECTIVAS DA TENDÊNCIA ACTUAL	19
--	----

CAPÍTULO 5. CONCEITOS RELEVANTES NA ABORDAGEM DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO	35
--	----

**PARTE III. O FENÓMENO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM
PORTUGAL**

CAPÍTULO 6. UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA SOCIAL	51
---	----

CAPÍTULO 7. ALGUMAS DECORRÊNCIAS ECONÓMICAS DO ENVELHECIMENTO	64
---	----

CAPÍTULO 8. CONCLUSÃO GERAL	79
-----------------------------------	----

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	1
-----------------------------	---

PARTE I. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO**DEMOGRÁFICO DO ENVELHECIMENTO**

CAPÍTULO 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NO PRESENTE ESTUDO	3
--	---

2.1. Da problemática à investigação	3
---	---

2.2. Objectivos do estudo	6
---------------------------------	---

2.3. Opções metodológicas	7
---------------------------------	---

CAPÍTULO 3. ENVELHECIMENTO: ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DE PORTUGAL

NA EUROPA	9
-----------------	---

3.1. Introdução	9
-----------------------	---

3.2. Evolução demográfica de Portugal	10
---	----

3.2.1. Análise do período 1960 – 2000	10
---	----

3.2.2. Evolução da população residente em Portugal, 2000-2050	12
---	----

3.2.2.1. Consideração de diferentes cenários	13
--	----

3.3. Evolução demográfica na Europa	16
---	----

3.4. Resumo	17
-------------------	----

PARTE II. CONCEITOS RELEVANTES E ASPECTOS TEÓRICOS DO ENVELHECIMENTO

CAPÍTULO 4. ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS RELACIONADOS COM POLÍTICAS

CORRECTIVAS DA TENDÊNCIA ACTUAL	19
4.1. Introdução	19
4.2. A tendência de envelhecimento demográfico: as políticas no curto prazo serão consideradas reactivas ou pró-activas?	20
4.2.1. O Envelhecimento Activo	20
4.2.2. A Migração	26
4.3.3. Incentivos à natalidade	30
4.3. Resumo	34

CAPÍTULO 5. CONCEITOS RELEVANTES NA ABORDAGEM DO ENVELHECIMENTO

DEMOGRÁFICO	35
5.1. Introdução	35
5.2. O Sistema de Segurança Social	36
5.2.1. Sistema de Repartição	40
5.2.2. Sistema de Capitalização	41
5.3. Envelhecimento ou Envelhecimentos?	42
5.3.1. Envelhecimento das Regiões	42

5.3.2. Padrão de Consumo	47
--------------------------------	----

5.4. Resumo	50
-------------------	----

PARTE III. O FENÓMENO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM PORTUGAL

CAPÍTULO 6. UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA SOCIAL	51
---	----

6.1. Introdução	51
-----------------------	----

6.2. A importância das redes de suporte numa sociedade envelhecida	52
--	----

6.2.1. Sistemas de apoio formais	53
--	----

6.3.2. Sistemas de apoio informais	57
--	----

6.3. Desafios à integração e transformação de mentalidades	60
--	----

6.4. Resumo	62
-------------------	----

CAPÍTULO 7. ALGUMAS DECORRÊNCIAS ECONÓMICAS DO ENVELHECIMENTO	64
---	----

7.1. Introdução	64
-----------------------	----

7.2. Impacto no Sistema Nacional de Segurança Social	65
--	----

7.2.1. A Reforma da Segurança Social	65
--	----

7.3. Impacto na Despesa Pública	71
---------------------------------------	----

7.3.1. Despesa Pública com Pensões	72
--	----

7.3.2. Despesa Pública com Cuidados de Saúde	73
--	----

7.3.3. Despesa Pública com Cuidados Prolongados	74
7.3.4. Despesa Pública com Prestações de Desemprego	75
7.3.5. Despesa Pública com a Educação	75
7.4. Impacto no Mercado de Trabalho, na Produtividade e no Crescimento Económico	75
7.5. Resumo	77
CAPÍTULO 8. CONCLUSÃO GERAL	79
BIBLIOGRAFIA	82

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 7.1. Impacto no Saldo do Subsistema Previdencial - Diferença em p.p. do PIB face ao Cenário Base	68
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1. Pirâmide Etária, Portugal, 1960-2000	10
Gráfico 3.2. Evolução da proporção da população jovem e idosa, Portugal 1960-2000.	11
Gráfico 3.3. Projecções de População (segundo diferentes cenários, em milhares), Portugal	14

Gráfico 3.4. Índice de Envelhecimento 2000-2050 (segundo diferentes cenários), Portugal	14
Gráfico 3.5. Pirâmides Etárias, 2000, 2025, 2050 (segundo diferentes cenários), Portugal	15
Gráfico 3.6. Distribuição da população da EU25, 2004 e 2051	17
Gráfico 4.1. Grupo etário dos 45-54 anos, Portugal, 2005	21
Gráfico 4.2. Grupo etário dos 55-64 anos, Portugal, 2005	22
Gráfico 4.3. Nível habilitacional dos trabalhadores com 45-54, Portugal, 1998-2005 ...	22
Gráfico 4.4. Nível habilitacional dos trabalhadores com 55-64, Portugal, 1998-2005 ...	23
Gráfico 4.5. Valores estimados e projectados do Saldo Migratório, Portugal, 1980 – 2060	29
Gráfico 5.1. Taxa média anual de crescimento (%) da população por grupos etários, Portugal, 2005 - 2050	45
Gráfico 5.2. Taxa média anual de crescimento (%) por grupos etários, NUTS II e III, 2010 – 2050	46
Gráfico 5.3. Índice da despesa média do agregado familiar de idosos, por regiões NUTS II, 2000	48
Gráfico 5.4. Repartição da despesa média anual pelas classes da COICOP, Agregados de Idosos, 2000	48
Gráfico 5.5. Existência de equipamentos de apoio ao trabalho doméstico (%), 2000 ...	49

Gráfico 7.1. Receitas e Despesas do Subsistema Previdencial, em % PIB	69
Gráfico 7.2. Efeito combinado das Medidas no FEFSS	70
Gráfico 7.3. Evolução das Despesas relacionadas com o envelhecimento: comparação das projecções de 2006 e 2009, em p.p. do PIB, 2007 – 2050	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 5.1. Idade média da população residente, por municípios, em 2005	43
Figura 5.2. Índice de envelhecimento, por municípios, 2005.....	44
Figura 6.1. O envelhecimento e a dependência	52
Figura 6.2. Relação tripolar	53

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

PORTUGUESA

- ALGUMAS DECORRÊNCIAS ECONÓMICAS

Capítulo 1. Introdução geral

A dinâmica populacional apresentada por Portugal desde 1960, e, as projecções demográficas para as próximas décadas, apontam para uma transição demográfica sem precedentes na história. O envelhecimento populacional é fenómeno novo, uma realidade que nos desafia e nos oferece oportunidades.

O presente trabalho procura, primeiramente, identificar algumas consequências económicas que derivam deste processo demográfico. Pretende, também, do ponto de vista social, fazer uma breve reflexão sobre a importância das redes de suporte numa sociedade envelhecida.

Na prossecução dos nossos objectivos elaboramos o seguinte texto, que está dividido em três partes: a) na primeira parte referimos aspectos metodológicos utilizados na elaboração do trabalho e fazemos o enquadramento demográfico de Portugal; b) na segunda parte identificamos as políticas que têm como objectivo contrariar a tendência de envelhecimento e alguns tópicos relevantes na abordagem ao envelhecimento; c) na terceira parte apresentamos algumas das decorrências do envelhecimento populacional.

Começamos, no segundo capítulo, por apresentar a problemática e o caminho que nos conduziu à investigação deste fenómeno, os objectivos do estudo e as opções na orientação do mesmo.

No terceiro capítulo procuramos estudar o dinamismo populacional verificado em Portugal desde a década de 60 até ao presente e, analisar as projecções para as próximas décadas. Iremos, ainda, analisar a evolução populacional da média dos Estados Membros (EU25).

Perante o contexto de envelhecimento pretendemos, no quarto capítulo, questionar as políticas levadas a efeito com o objectivo de atenuar a tendência demográfica. Embora não ambicionemos concluir sobre a grande questão, pensamos que será um bom exercício pensarmos se estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance sobre a matéria.

O quinto capítulo pretende introduzir a questão da previdência social, onde fazemos uma breve descrição do caminho que trilhámos até ao Sistema Nacional de Segurança Social. Pretende, ainda, abordar o envelhecimento segundo as regiões e compreender o padrão de consumo dos casais de idosos.

No sexto capítulo olhamos para o fenómeno do envelhecimento sobre a perspectiva social. Realçamos a importância das redes de suporte formais e informais mas também a necessidade da integração e transformação de mentalidades.

Finalmente, no sétimo capítulo procuramos apresentar alguns dos impactos do envelhecimento na vida económica do país, nomeadamente, no sistema de segurança social, na despesa do estado e no mercado de trabalho.

PARTE I. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO ENVELHECIMENTO

Capítulo 2. Aspectos metodológicos utilizados no presente estudo

2.1. Da problemática à investigação

Ao longo das últimas décadas temos assistido a uma transformação demográfica sem precedentes na história. À semelhança de outros “países desenvolvidos” na Europa e mundo, Portugal tem sentido uma profunda alteração na sua estrutura etária e dimensão populacional.

Analizando a estrutura etária Portuguesa desde a década de 60 até ao presente, verificamos uma diminuição significativa dos grupos etários com menos de 20 anos, contrastando com o crescente aumento dos grupos etários com idade superior a 25 anos, sendo que o crescimento do grupo etário composto por indivíduos com 65 ou mais anos tenha sido ainda mais relevante.

As projecções divulgadas por entidades nacionais e internacionais sobre a evolução demográfica nas próximas décadas apontam para a continuação do aumento proporcional da população idosa face à população juvenil, conjugado com a diminuição da dimensão populacional total.

As pirâmides etárias referentes à população portuguesa ilustram bem essa transformação demográfica, evidenciando o fenómeno do envelhecimento. Mas, uma análise mais pormenorizada das pirâmides etárias permite-nos visualizar o fenómeno em toda a sua dimensão, onde se pode concluir que, de facto, estamos perante uma realidade de duplo envelhecimento¹.

O alargamento do topo da pirâmide etária indica-nos que a população idosa está a crescer, sendo resultado directo do aumento da esperança média de vida. Cada vez mais verifica-se que os indivíduos chegam a patamares etários superiores, e, que aqui,

¹ OLIVEIRA, J.H.B., *Psicologia do Envelhecimento e da Velhice*, Legis Editora, 2005, Pág. 15.
Este autor distingue, na pirâmide etária, dois tipos de envelhecimento: i) o envelhecimento da base; ii) o envelhecimento do topo.

permanecem durante mais anos. Nesta situação estamos perante o envelhecimento no topo.

Por outro lado, o estreitamento da base da pirâmide etária evidencia uma diminuição significativa das classes etárias inferiores, ou seja, expressa uma diminuição da população mais jovem. Esta diminuição substancia-se, essencialmente, na redução das taxas de fertilidade. Neste caso estamos perante o envelhecimento na base.

A evolução demográfica que temos assistido, e, a que se espera que se venha a registar nas próximas décadas nos países desenvolvidos, tem repercussões em diversos domínios.

As consequências que derivam, directamente, do envelhecimento demográfico representam para as sociedades importantes desafios e oportunidades.

Em termos sociais os desafios que são colocados por uma sociedade envelhecida são da maior relevância. Desde a constituição das famílias onde poderão coabitar diversas gerações, com toda a envolvência complexa que poderá ser gerada neste ambiente, onde o idoso poderá ser mais ou menos dependente e, dessa forma, necessitar de mais ou menos cuidados mas, também, onde o idoso poderá ser uma fonte de experiência e sabedoria. A sociedade deverá também procurar responder às necessidades deste grupo etário que está a crescer. A importância da criação de redes de suporte formais para colmatar a sua escassez, respondendo à procura existente no presente e à maior procura no futuro. A consciencialização das redes de suporte informais e a sociedade em geral, na procura da reintegração e aproveitamento dos cidadãos mais idosos é igualmente importante.

Em termos económicos podemos adiantar um conjunto de questões associadas à evolução demográfica. Uma das questões mais frequentemente abordadas prende-se com o contrato geracional que serve de base ao nosso sistema de segurança social. Se existem cada vez mais idosos e, se estes vivem cada vez mais anos, maior será a necessidade de recursos para sustentar o aumento das prestações sociais. Este facto é agravado com a diminuição esperada da população activa. Outras questões relacionadas com o envelhecimento prendem-se com o mercado de trabalho. A importância da produtividade e competitividade das empresas, a procura e oferta do factor trabalho, o

rendimento, a inovação e a despesa, são todos factores equacionados pelas empresas e pelo mercado, mas perante uma realidade de uma população envelhecida, as acções e estratégias individuais e colectivas serão necessariamente diferentes.

O envelhecimento, como já foi dito, coloca diversos desafios à nossa sociedade mas também diversas oportunidades. Uma sociedade envelhecida tem necessidades próprias, diferentes de uma sociedade com uma base larga e topo estreito. Essas necessidades criam novos mercados, novos empregos, outras formas de criar valor.

Existem, ainda, outras oportunidades que nascem da necessidade de aumentar a população activa. Neste quadro, podemos referir a alteração de mentalidades no sentido de procurar integrar cidadãos estrangeiros, que procuram maior qualidade de vida para si e para as suas famílias, ou a reintegração de indivíduos mais idosos na sociedade activa.

Um trabalho de investigação como o presente tem sempre início num problema. Após uma reflexão necessária sobre a matéria dada na cadeira de Economia Portuguesa e Europeia (EPE), surge o interesse de aprofundar o problema enunciado.

Tomada a decisão, passamos a reflectir sobre a formulação da questão central da investigação e um conjunto de questões que servirão para nortear o estudo.

Tendo por base o conhecimento adquirido nas aulas de EPE e a reflexão do estudo aquando da pesquisa bibliográfica, formulámos as seguintes questões de partida:

- Quais as consequências do envelhecimento no nosso sistema de segurança social?
- O envelhecimento demográfico afecta de forma homogénea todas as nossas regiões?
- Quais as diferenças principais no padrão de consumo de uma população idosa e uma população menos idosa?
- Quais as intenções políticas que têm sido levadas a efeito no sentido de contrariar o envelhecimento demográfico?

Estas foram as primeiras questões exploratórias que formulámos com o objectivo de delinear uma área de estudo relacionado com a nossa questão de investigação:

- Quais as consequências económicas do envelhecimento demográfico em Portugal?

Este texto, não obstante, o interesse de explorar e procurar as melhores respostas para as perguntas de partida, e, para as perguntas prementes que foram surgindo ao longo da investigação, não tem a ambição de abordar todas as consequências económicas decorrentes do fenómeno do envelhecimento.

2.2. Objectivos do estudo

Tendo por base a área de estudo delineada anteriormente em torno do cerne da nossa investigação, vimos com este texto procurar contribuir para a reflexão da problemática do envelhecimento demográfico.

Nunca perdendo o sentido do nosso objectivo, traçamos os seguintes temas de análise:

- Analisar a evolução demográfica em Portugal, no período de 1960 – 2000;
- Analisar as projecções demográficas para Portugal, no horizonte temporal de, aproximadamente, 50 anos;
- Analisar e comparar a situação demográfica Portuguesa com a média dos países da EU;
- Analisar as iniciativas políticas que procuram contrariar a tendência demográfica em Portugal;
- Análise demográfica mais fina em Portugal: Ao nível das regiões, o fenómeno do envelhecimento será homogéneo ou heterogéneo?
- Analisar o consumo de agregados familiares constituídos exclusivamente por idosos e, compará-lo com agregados sem idosos;
- Analisar as redes de suporte formais e informais;
- Analisar a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social;

- Analisar os efeitos do envelhecimento na despesa do Estado, no mercado de trabalho, nas poupanças das famílias e do Estado.

Para atingir o nosso objectivo, vamos pesquisar, estudar, compreender e, por fim, procurar expor, de forma sucinta, o conhecimento adquirido no caminho por nós percorrido.

2.3. Opções metodológicas

Tendo como linhas orientadoras os temas de análise enunciados, iremos recorrer a diferentes métodos de investigação para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação.

De acordo com Imaginário², os métodos de investigação que são utilizados no desenvolvimento do conhecimento são: i) o método quantitativo; e, ii) o método qualitativo.

Segundo esta autora, o primeiro método (i) visa o desenvolvimento e a validação dos conhecimentos, possibilitando a generalização dos resultados, de predizer e de controlar os acontecimentos. Por outro lado, o segundo método (ii) visa a compreensão absoluta e abrangente do fenómeno em estudo.

Face aos objectivos e as características do nosso estudo, enveredamos por uma análise que conjuga os dois métodos acima indicados.

Considerando outros autores³, a complexidade do fenómeno em estudo poderá conduzir o investigador a utilizar mais do que um método de investigação embora, normalmente, siga um método dominante. Segundo os mesmos autores, o método ou estratégia descritiva baseia-se numa investigação que têm por objectivo principal caracterizar o estado actual do objecto de investigação, podendo ou não utilizar-se hipóteses, dependendo “*da robustez da evidência empírica ou teórica que se possui sobre o fenómeno*”.

² IMAGINÁRIO, C., *O idoso dependente em contexto familiar*, Formasau, 2004, Pág. 93.

³ RETO, L., NUNES, F., *Normas de elaboração de teses de mestrado*, INDEG/ISCTE, 2001, Pág. 4.

Assumindo estas definições, reconhecemos que este trabalho tem um forte carácter descritivo, pois procuramos descrever os factos e as realidades que observamos, mas também um carácter analítico, pois procuramos compreender e analisar os dados e as informações recolhidas sobre o fenómeno em estudo.

PARTE I. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO ENVELHECIMENTO

Capítulo 3. Envelhecimento: Enquadramento Demográfico de Portugal na Europa

3.1. Introdução

O presente capítulo tem como principal objectivo apresentar de forma concisa - mas rigorosa - a evolução demográfica da população portuguesa. Abordaremos, inicialmente, o período de 1960 a 2000, para tentar compreender qual o comportamento demográfico até ao presente.

Pretendemos, ainda, analisar o dinamismo populacional esperado no futuro em Portugal. Tendo por base o ano 2000 e como horizonte temporal o ano 2050, destacaremos os principais resultados das projecções do Instituto Nacional de Estatística, para a População residente em Portugal, onde diferentes cenários de evolução foram considerados.

Por último, analisaremos, sucintamente, a evolução demográfica na Europa. Pretende-se enquadrar a realidade Portuguesa com a média da EU25, comparando para o efeito a evolução futura esperada em Portugal com a média da EU25 para o período 2004-2051.

O envelhecimento demográfico observado é um fenómeno sem precedentes, com causas e consequências diversas, colocando-nos desafios deveras importantes. Oliveira⁴, distingue dois tipos de envelhecimento: i) o envelhecimento da base da pirâmide etária – relacionado com a redução drástica de crianças jovens; e, ii) o envelhecimento do topo da pirâmide etária – relacionado com o aumento da esperança média de vida.

Associadas a estes tipos de envelhecimentos aparecem, por um lado, a redução das taxas de natalidade e fecundidade e, por outro, o declínio das taxas de mortalidade e consequente aumento da esperança média de vida.

⁴ OLIVEIRA, J.H.B., *Psicologia do Envelhecimento e da Velhice*, Legis Editora, 2005, Pág. 15.

Estes efeitos conjugados, como se procura demonstrar neste capítulo, são as grandes causas da tendência actual de envelhecimento das sociedades desenvolvidas, onde se inclui Portugal.

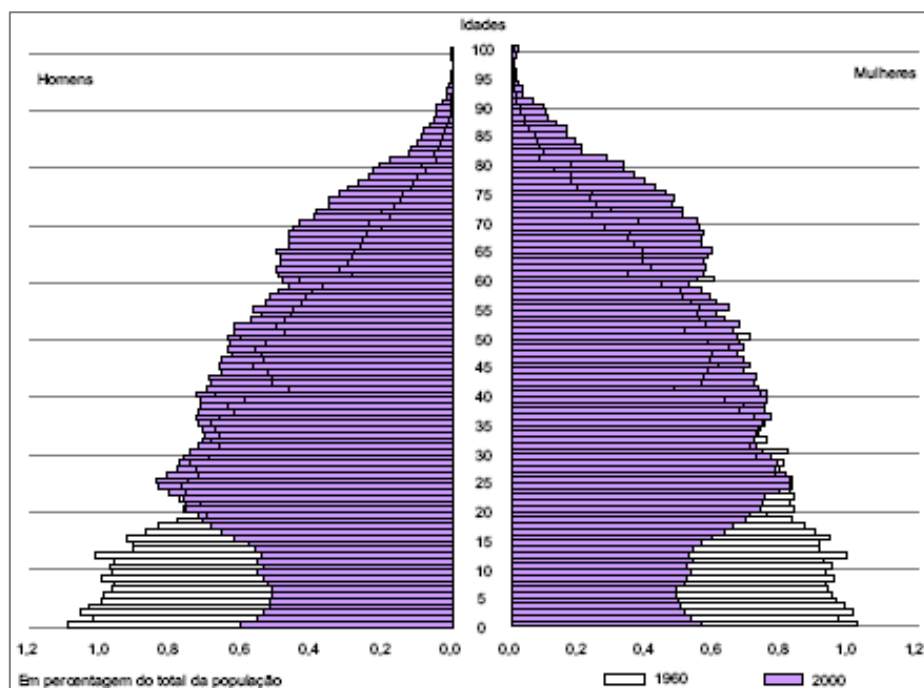
3.2. Evolução demográfica em Portugal

A evolução demográfica em Portugal tem-se revelado pouco dinâmica, predominando uma estrutura etária progressivamente envelhecida. Este fenómeno de envelhecimento é sustentado, essencialmente, pelos efeitos conjugados do aumento da esperança média de vida e pela diminuição da taxa de natalidade.

3.2.1. Análise do período 1960 – 2000⁵

As alterações na estrutura demográfica no período em análise são bem visíveis no gráfico 3.1. As Pirâmides Etárias, de Portugal em 1960 e 2000, procuram ilustrar as diferentes distribuições verificadas, dos Homens e das Mulheres, em percentagem do total da população, para os anos referidos.

Gráfico 3.1. Pirâmide Etária, Portugal 1960-2000



Fonte: INE, 2002

⁵ INE, *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*, 2002.

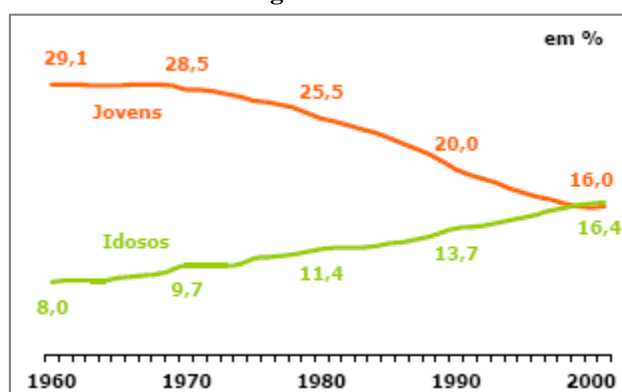
Observando o gráfico 3.1. podemos verificar que a estrutura da pirâmide etária em 1960, era larga na base e, à medida que se considerava idades da população superiores, esta tendia a estreitar. Todavia, essa realidade alterou-se. Em 2000, a pirâmide apresentava uma base mais estreita quando comparada com a verificada em 1960, demonstrando uma diminuição da população jovem com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos. Em contrapartida, verificou-se um aumento significativo da percentagem da população com idade superior a 20 anos, com maior relevância nas idades superiores a 60 anos.

Estes dois factores conjugados, estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide, verificado em 2000 em relação a 1960, ilustram bem a tendência de envelhecimento populacional verificado em Portugal no período analisado.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que, entre 1960 e 2001, a população jovem apresentou um decréscimo de 36%, contrastando com um aumento de 140% da população idosa. O aumento da proporção da população idosa é bem demonstrada pelos valores relativos, que em 1960 representava, aproximadamente, 8.0% da população total e em 2001 representava 16,4%, mais do dobro da relação.

A evolução da proporção da população jovem e idosa, em Portugal, no período em análise, pode ser observada no gráfico em baixo.

Gráfico 3.2. Evolução da proporção da população jovem e idosa, Portugal 1960-2000



Fonte: INE, 2002

Com base no estudo do INE, será ainda importante salientar a heterogeneidade do ritmo de crescimento verificado entre subgrupos da população idosa. Entre 1960 e 12 de

Março de 2001 (valores utilizados à data do recenseamento da População), a taxa média de crescimento anual da população com 65 e mais anos foi de 2,2%. Ao analisarmos os subgrupos, 75 e mais anos e 85 e mais anos, no período, verificamos que o ritmo de crescimento apresentado fora de, respectivamente, 2,7% e de 3,5%. Perante estes valores podemos concluir que não só se assiste ao envelhecimento da população como assistimos ao envelhecimento da própria população mais idosa.

O índice de envelhecimento, que procura relacionar o número de idosos (população com mais de 65 anos) e o número de jovens (população dos 0-14 anos), apresentou pela primeira vez em 1999 maior número de indivíduos idosos do que indivíduos jovens. Em 1960, estimava-se 27 indivíduos idosos por cada 100 indivíduos jovens. Esta realidade alterou-se, estimando-se em 2001, 103 indivíduos idosos por cada 100 indivíduos jovens.

Também aqui, existem diferenças significativas entre subgrupos. A análise por sexo apresentada pelo INE, em 2002, indica-nos que o índice de envelhecimento das mulheres, em 2001, era igual a 122 mulheres e o dos homens igual a 84. Esta diferença justifica-se, essencialmente, devido a uma taxa de mortalidade superior dos homens.

3.2.2. Evolução da população residente em Portugal, 2000-2050⁶

O sentido da evolução demográfica coloca sérios desafios ao país, no que concerne, nomeadamente, por exemplo, à sustentabilidade do relacionamento económico entre gerações ou à competitividade económica. Desta forma, torna-se premente a compreensão do fenómeno do envelhecimento, as suas causas e efeitos económicos e sociais.

Uma vez apresentada a evolução demográfica verificada em Portugal, no período de 1960 a 2000, interessa agora analisar as transformações esperadas na população residente no Futuro.

⁶ INE, *Projecções de População Residente em Portugal – 2000- 2005*, 2003.

3.2.2.1. Consideração de diferentes cenários

Segundo estudo do INE, sobre a evolução demográfica portuguesa, no horizonte 2000-2050, o envelhecimento da população agravar-se-á no Futuro. O saldo positivo da migração atenuará a tendência, mas não evitará o cenário de envelhecimento.

No estudo referido foram apresentados sete cenários de evolução da população, sendo que para o presente trabalho importa salientar os três principais:

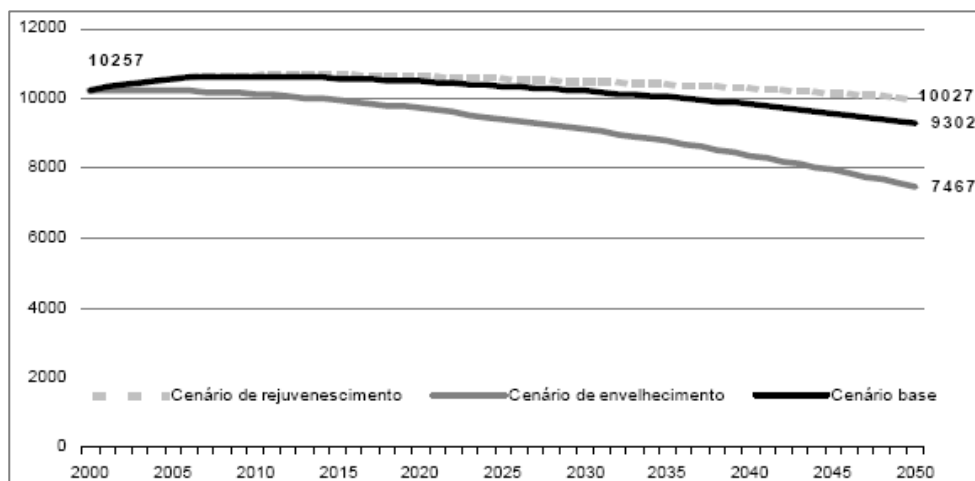
- i. Cenário base (*considerado, nesta data, e com base na informação demográfica disponível, o mais plausível*), assente na conjugação de uma ligeira recuperação do Índice Sintético de Fecundidade (de 1,56 crianças por mulher, em 2000, para 1,71 em 2050), com um aumento da esperança de vida à nascença (de 72,9 para 79,0 anos, no caso dos homens, e de 79,9 para 84,7 anos, no caso das mulheres), e, com saldos migratórios positivos (ou seja, o número de entradas ser superior ao de saídas) ao longo de todo o período;
- ii. Cenário de Envelhecimento *que associa um decréscimo do Índice Sintético de Fecundidade (para 1,26 crianças por mulher em 2050), com o aumento da esperança de vida, e, com fluxos migratórios nulos;*
- iii. Cenário de rejuvenescimento *assenta na recuperação mais acentuada do Índice Sintético de Fecundidade do que a prevista no cenário base (1,99 crianças por mulher em 2050), com um aumento da esperança de vida menos significativo e com fluxos migratórios positivos ao longo do período de projecção;*

Os resultados aferidos permitiram concluir que em qualquer um dos cenários considerados – se verificadas as hipóteses subjacentes, necessárias para validar os resultados – é previsível uma diminuição da população residente em 2050.

O gráfico 3.3. ilustra para cada cenário considerado as projecções para os efectivos populacionais em 2050. Podemos verificar que, independentemente, do cenário a projecção aponta para um decréscimo da população sendo que o cenário de rejuvenescimento é o único onde se pode observar efectivos populacionais superiores a 10 milhões. Este cenário considera valores superiores para o Índice Sintético de Fecundidade, *ceteris paribus*, permitindo assim, uma variação menos negativa quando comparada com as variações dos restantes cenários. Ainda na análise do gráfico 3.3.,

referir uma diferença substancial do cenário de envelhecimento que apresenta um efectivo populacional inferior a 7,5 milhões em 2050, derivado da hipótese considerada de 1,26 crianças por cada mulher.

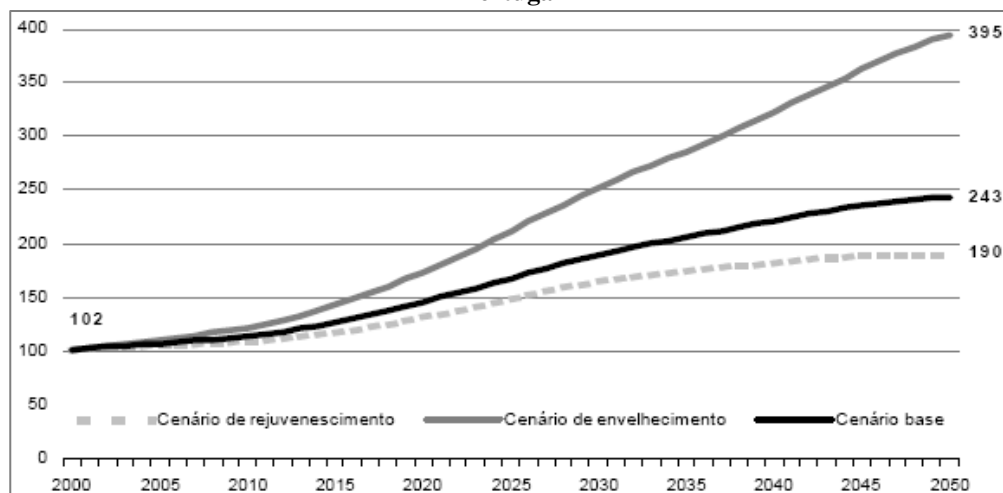
Gráfico 3.3. Projeções de População (segundo diferentes cenários, em milhares), Portugal



Fonte: INE, 2003

À semelhança do que já foi indicado no presente texto para o período de 1960 – 2000, onde se verificava um alargamento do topo da pirâmide etária e simultaneamente o oposto na base, as projecções para 2050 apontam para a sequência do fenómeno do duplo envelhecimento populacional.

Gráfico 3.4. Índice de Envelhecimento 2000-2050 (segundo diferentes cenários), Portugal



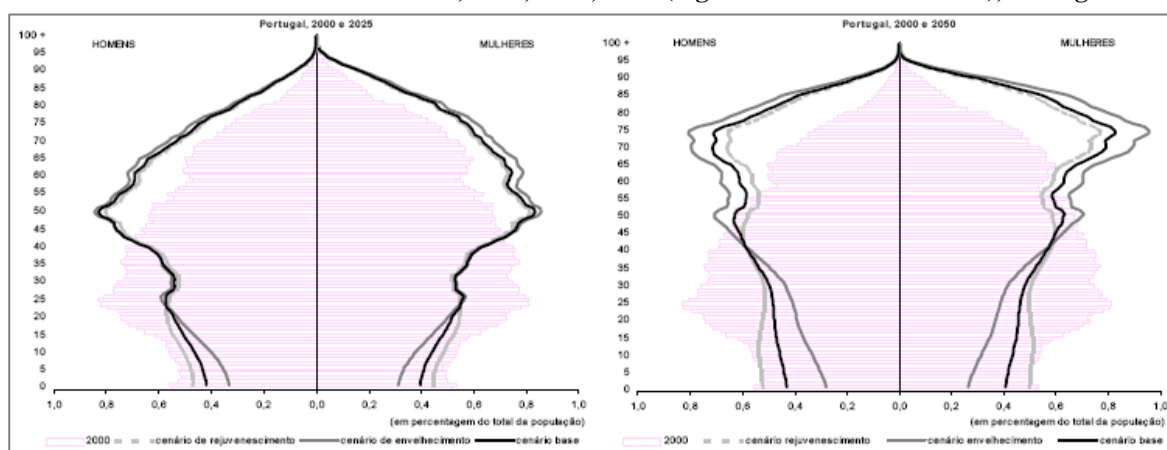
Fonte: INE, 2003

Uma vez mais, para qualquer um dos cenários, a percentagem da população idosa com 65 ou mais anos mantém-se superior à população jovem dos 0-14 anos. Este facto conduz-nos ao “esperado” aumento do Índice de Envelhecimento, evidenciado no gráfico 3.4.

A tendência de envelhecimento da população é notável, sendo particularmente forte no cenário de envelhecimento onde, em 2050, se estima vir a existir 395 idosos por cada 100 jovens. Por outro lado, o cenário de rejuvenescimento, que considera saldos migratórios positivos e níveis mais elevados de fecundidade, estima que o Índice de Envelhecimento seja de, aproximadamente, 190 idosos.

Tendo presente os cenários apresentados, torna-se interessante observar as pirâmides etárias para os períodos 2000-2025 e 2025-2050, segundo o estudo publicado pelo INE.

Gráfico 3.5. Pirâmides Etárias, 2000, 2025, 2050 (segundo diferentes cenários), Portugal



Fonte: INE, 2003

Ao analisarmos as pirâmides etárias, para os anos 2025 e 2050, surgem bem visíveis os efeitos das baixas taxas de fecundidade, no estreitamento da base, e, o aumento da esperança média de vida pelo alargamento do topo. A pirâmide etária do ano 2000, quando comparada com qualquer pirâmide considerada para os restantes cenários, aparece “quase invertida”.

Este facto vem confirmar o fenómeno de envelhecimento esperado para 2050, agravado na base pela taxa de natalidade e no topo pela maior longevidade. Neste particular,

podemos ainda falar de duplo envelhecimento no topo, pois não só se esperam mais idosos com mais de 65 anos, como se espera que estes vivam mais anos.

3.3. Evolução demográfica na Europa

A evolução demográfica esperada dos países membros, à semelhança de Portugal, será de uma profunda alteração da sua estrutura etária e dimensão populacional.

Atendendo às projecções do Eurostat⁷, a primeira metade do século XXI, será caracterizada pela diminuição demográfica e aumento da população idosa. De acordo com o cenário base⁸ estimado, a conjugação do aumento da esperança média de vida e das persistentes baixas taxas de fecundidade levará a alteração das estruturas da população da EU25 como nunca presenciado.

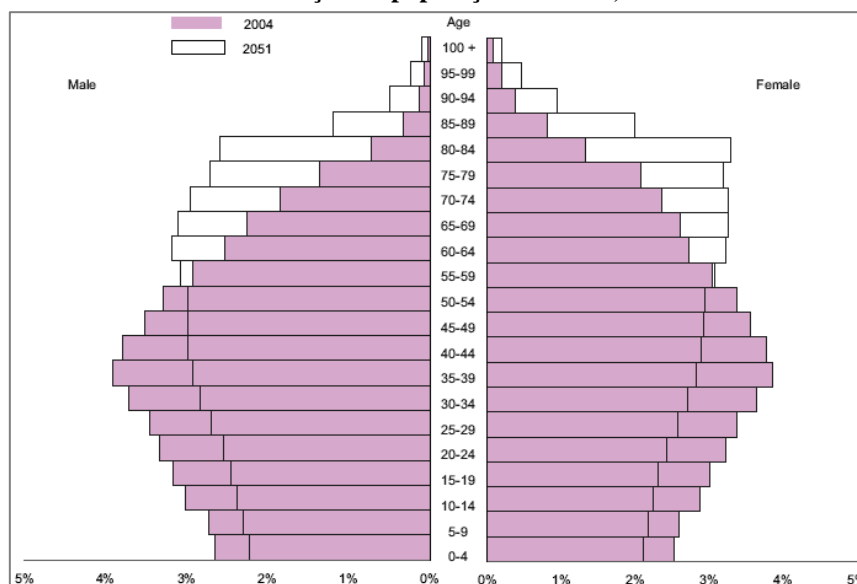
Apesar do resultado apresentado ao nível da EU25, a realidade a nível nacional é diferente. Existem alguns países que conseguem apresentar um crescimento moderado da população combinando a migração com o crescimento natural. Poucos serão os países que conseguirão conjugar taxas de migração e de fertilidade relativamente elevadas. Contudo, a maioria dos países não conseguirá compensar as baixas taxas de fertilidade com fluxos migratórios.

⁷ EUROSTAT, *Eurostat Population Projections 2004- based: main results from the Trend scenario*, 2004.

⁸ Este cenário considera apenas as variáveis base que têm influenciado os processos demográficos, não contabilizando quaisquer medidas ou reacções políticas que possam influenciar a tendência demográfica.

O gráfico seguinte representa a distribuição da população da EU25, por sexo, no período de 1 de Janeiro de 2004 a 1 de Janeiro de 2051.

Gráfico 3.6. Distribuição da população da EU25, 2004 e 2051



Fonte: EUROSTAT 2004

Como podemos verificar, as projecções do Eurostat – considerando que se verificam as hipóteses do cenário base – demonstram que a tendência da EU25 aponta para uma alteração da estrutura demográfica, onde se evidencia um aumento significativo da população idosa com mais de 65 anos e uma redução da população com menos de 40 anos.

É importante salientar, em 2004, já se verificava um “enfraquecimento” da base, onde esta já apresentava uma redução da população jovem dos 0-14 anos quando comparado com anos anteriores e, por conseguinte, um estreitamento da base. Essa realidade parece, segundo os resultados do Eurostat, agudizar-se no futuro.

3.4. Resumo

Quando falamos de envelhecimento neste texto falamos, essencialmente, de uma questão demográfica. Os estudos que serviram de base a este capítulo demonstram que se assistiu em Portugal a uma involução populacional.

Entre 1960 e 2001⁹, verificou-se a uma diminuição na ordem dos 36% da população jovem (0 -14 anos), enquanto a população idosa (65 e mais anos) aumentou aproximadamente 140%. Nesta população é ainda de referir que o ritmo de crescimento no fim do período é mais acentuado do que no seu princípio, demonstrando que não só se verificava um envelhecimento da população como este começava a aparecer dentro do próprio grupo etário.

Segundo projecções do Instituto Nacional de Estatística¹⁰, a involução demográfica em Portugal agravar-se-á no futuro. Considerando a validade das hipóteses do seu estudo, os resultados estimados permitem prever uma diminuição da população residente em 2050. As principais causas deste fenómeno prendem-se com a baixa taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida.

À semelhança de Portugal, a média dos países da EU25 para a primeira metade do século tenderá para o aumento da população idosa e diminuição populacional¹¹. Este resultado só é possível devido à diminuição da população jovem.

Tanto em Portugal como na Europa, o envelhecimento poderá ser atenuado pela migração mas poucos serão os países a evitar o cenário de envelhecimento.

⁹ INE, *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*, 2002.

¹⁰ INE, *Projecções de População Residente em Portugal – 2000- 2005*, 2003.

¹¹ EUROSTAT, *Eurostat Population Projections 2004- based: main results from the Trend scenario*, 2004.

PARTE II. CONCEITOS RELEVANTES E ASPECTOS TEÓRICOS DO ENVELHECIMENTO

Capítulo 4. Alguns aspectos teóricos relacionados com políticas correctivas da tendência actual

4.1. Introdução

No segundo capítulo deste texto procurámos analisar o dinamismo demográfico em Portugal desde 1960 até ao presente. Procurámos também destacar os principais resultados das projecções do INE, para a população residente no nosso País em 2050, onde foram considerados diferentes cenários.

Tendo por base estes resultados, no presente capítulo, procuramos apresentar alguns aspectos teóricos relacionados com intenções ou políticas correctivas da tendência actual.

Devemos, no entanto, indicar que os desafios que nos são colocados pela evolução demográfica requerem uma resposta e actuação pública em dois domínios:

1. Procurar atenuar a tendência desfavorável da demografia portuguesa;
2. Procurar adequar a envolvente económica ao processo de envelhecimento.

Neste capítulo, pretendemos abordar a intervenção pública que procura atenuar a tendência de envelhecimento demográfico em Portugal.

Por conseguinte, utilizamos textos oficiais para identificar as principais estratégias políticas que são levadas a efeito sobre:

- I) O Envelhecimento Activo;
- II) A Migração;
- III) A Natalidade.

Não ambicionamos, contudo, concluir sobre a eficácia destas políticas, mas achamos fundamental para o objectivo deste trabalho apresentar o que se tem feito sobre o tema.

4.2. A tendência de envelhecimento: as políticas no curto prazo serão consideradas reactivas ou pró-activas?

4.2.1. O Envelhecimento Activo

O envelhecimento demográfico é um fenómeno que apresenta importantes desafios bem como, importantes oportunidades. Quando se espera que o ciclo de vida seja maior no futuro, sustentado pelo aumento da esperança média de vida, e, se verifica a redução de número de filhos por casal, torna-se imperativo a reflexão sobre o modelo social e económico vigente.

Discutir o futuro num cenário de envelhecimento é procurar soluções para os desafios da sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde, é procurar evitar fenómenos de desemprego estrutural e exclusão dos trabalhadores mais velhos, é procurar saber qual o papel que queremos que o grupo etário mais idoso desempenhe na nossa sociedade, é desenvolver políticas de integração da população idosa, entre outros desafios igualmente prementes.

Perante tal realidade, numa sociedade envelhecida, surgem oportunidades em diversos domínios. A actividade económica poderá ser dinamizada, aparecem novas necessidades de produtos e serviços, surgem novas profissões associadas ao desenvolvimento de mercados emergentes com potencial de crescimento devido às especificidades de uma população envelhecida.¹²

É assim, face aos desafios e oportunidades colocados pelo envelhecimento, que a promoção do envelhecimento activo se tornou num tema muito pertinente e alvo estratégico.

Em Portugal, os indivíduos do grupo etário 45-54 anos representavam, em 2005, 13,2% da população total e 19,6% da população em idade activa¹³. No mesmo ano os indivíduos do grupo etário 55-64 anos tinham um peso na população total de 11,2 %, sendo o seu peso na população em idade activa de 10,9%. É ainda de salientar que o grupo etário 45-54 anos tinha um peso de 22% na população activa. Esta estatística é

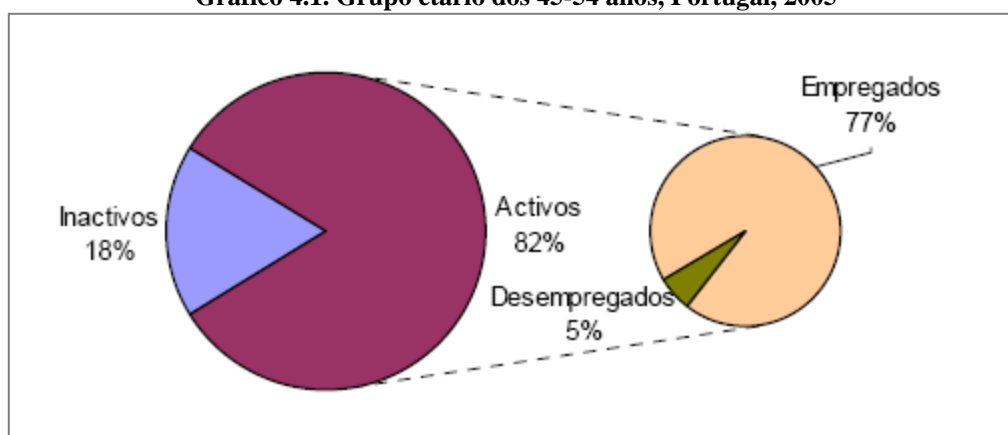
¹² A título de exemplo, referimos a necessidade dos cuidados formais, discutido na Parte III, capítulo 6 deste texto.

¹³ Foram considerados na população em idade activa os indivíduos dos 15-64 anos.

particularmente importante se tivermos em conta o peso esperado que este grupo terá na população activa, sendo necessário o estudo de acções preventivas de forma a atenuar o seu efeito.¹⁴

No que diz respeito à sua composição os grupos etários supramencionados apresentaram diferenças. A inactividade no grupo etário dos 45-54 anos era de 18%, enquanto 82% dos indivíduos eram activos. Entre os indivíduos da faixa etária 45-64 anos, 5% estavam desempregados. A inactividade neste grupo etário tem por base uma forte percentagem de reformados entre os indivíduos de sexo masculino e a actividade doméstica¹⁵ no caso dos indivíduos do sexo feminino.

Gráfico 4.1. Grupo etário dos 45-54 anos, Portugal, 2005



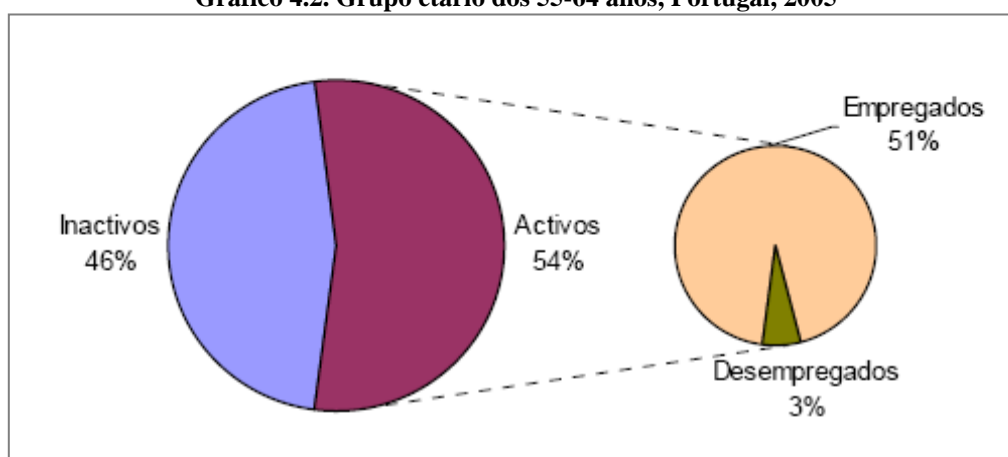
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

O grupo etário dos 55-64 anos apresentava, quando comparado com o grupo dos 45-54 anos, uma taxa de inactividade consideravelmente superior (46%). Esta taxa é explicada em grande parte pelo elevado número de reformados. Entre os 54% de indivíduos activos, 51% estavam empregados.

¹⁴ INE - Inquérito ao Emprego. Apresentados no Plano Nacional de Emprego, *Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo (ENEA)*, 2006.

¹⁵ Entende-se, neste caso, a actividade doméstica como actividade não remunerada.

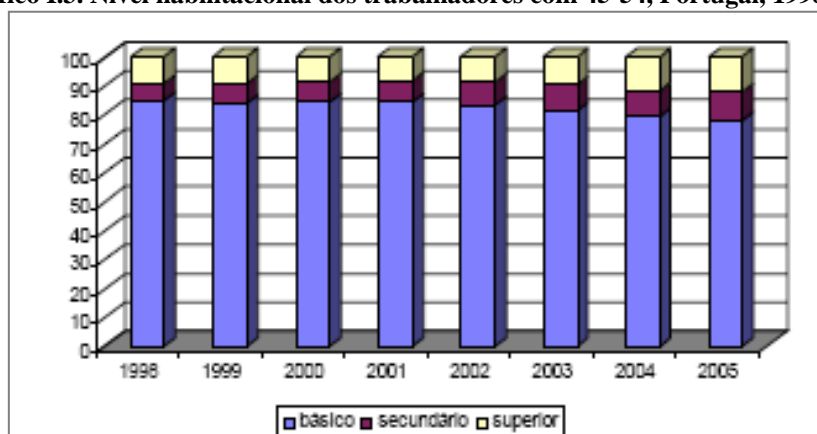
Gráfico 4.2. Grupo etário dos 55-64 anos, Portugal, 2005



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

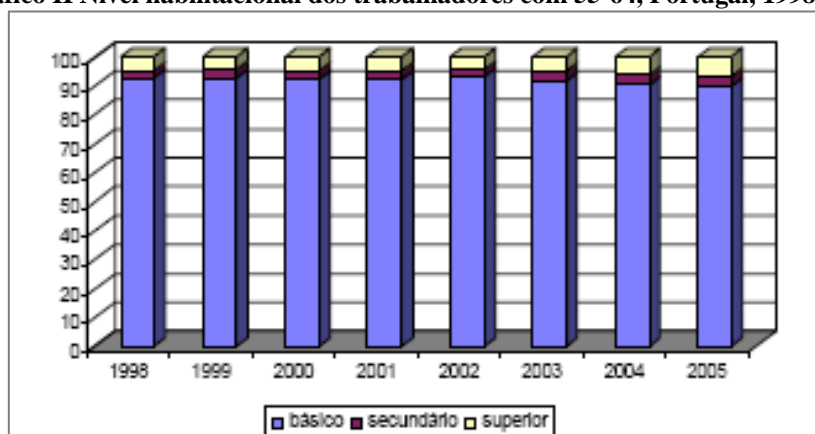
No que se refere aos níveis habilitacionais, estes dois grupos etários detêm, em média, um baixo nível de escolaridade, ainda que, no período de 1998-2005 se tenha registado uma evolução positiva.

Gráfico I.3. Nível habilitacional dos trabalhadores com 45-54, Portugal, 1998-2005



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Ao compararmos estes dois grupos etários, vamos verificar que o nível habilitacional é superior no grupo dos indivíduos com 45-55 anos, embora predomine o ensino básico.

Gráfico II Nível habilitacional dos trabalhadores com 55-64, Portugal, 1998-2005

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

A explicação para os baixos níveis habilitacionais prende-se “... nomeadamente como fruto do padrão social existente por altura da sua idade escolar”.¹⁶

Outro aspecto importante relacionado com o nível habilitacional é a aprendizagem ao longo da vida (ALV). No documento de trabalho do Plano Nacional de Emprego são apresentados múltiplos factores para uma fraca taxa de participação em acções de educação e formação. Entre esses factores, destacamos: i) a resistência que os indivíduos na faixa etária com 55 ou mais anos apresentam perante ofertas de formação, mesmo quando se encontram desempregados; ii) as entidades empregadoras tendem a investir nos trabalhadores mais jovens, pois o retorno dos empregados mais velhos será menor dado estarem mais perto da reforma; iii) a concentração dos trabalhadores mais velhos em pequenas e médias empresas, que são normalmente pouco dinâmicas, com escassas possibilidades de mobilidade interna.

É perante este cenário, num contexto de envelhecimento demográfico, que são traçados os desafios estratégicos no quadro da ENEA.

É seu objectivo definir uma abordagem integrada de políticas, num horizonte de curto, médio e longo prazo, procurando aproximar e sensibilizar todas as partes envolvidas.

¹⁶ Plano Nacional de Emprego, *Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo*, 2006.

Este excerto aparece no texto original associado às diferenças habilitacionais entre homens e mulheres dentro dos grupos etários em estudo, no entanto, adequa-se perfeitamente ao contexto no presente texto.

Os grupos etários de 45-54 e 55-64 anos são bastante heterogéneos, no que diz respeito às suas habilitações, qualificações, e outras variáveis. Como já foi identificado, os elementos que constituem estes grupos, concentram em larga medida vulnerabilidades que poderão ser uma forte ameaça às taxas de emprego, principalmente, num mercado cada vez mais global.

As estratégias prosseguidas pelo tecido empresarial, num ambiente cada vez mais competitivo, passam muitas vezes pela reestruturação e reconversão da sua mão-de-obra principalmente com as seguintes orientações:

- a) Optam pela saída dos trabalhadores mais velhos, e, em regra, menos qualificados;
- b) Privilegiam a contratação de trabalhadores mais jovens que, em regra, têm maiores níveis de qualificação, embora menos experiência;
- c) Maior investimento, em aprendizagem ao longo da vida, nos trabalhadores mais jovens.

Desta forma, os desafios da ENEA passam pela transformação de mentalidades e na estimulação do desenvolvimento de estratégias empresariais que não considerem os trabalhadores com mais idade como uma ameaça à sua competitividade.

Não obstante o que foi supramencionado, a sustentabilidade da taxa de emprego dos trabalhadores nas faixas etárias dos 45-54 e 55-64 anos, não depende apenas das estratégias levadas a efeito pelo tecido empresarial, em matéria de recrutamento e formação, e das acções do Estado, na promoção do emprego destes grupos etários. Os trabalhadores visados desempenham um papel, igualmente, importante na determinação da sua vida profissional, mesmo considerando diversas variáveis que não são controladas pelos trabalhadores e, entre estes, não existir homogeneidade na capacidade de influenciar o rumo da sua carreira.

Assim, o Estado tem competências na criação de condições de sustentabilidade de emprego, sempre com estreita colaboração dos intervenientes directos (empregadores e trabalhadores). Para alcançar esse objectivo, deverá promover e apoiar a formação ao longo da vida, a melhoria das condições de trabalho em matérias tão relevantes como a segurança, higiene e saúde no trabalho, procurar incentivar os trabalhadores a

constituírem carreiras mais longas em detrimento de carreiras mais curtas, através da permanência ou reingresso no sistema de emprego.

4.2.1.1. Prioridades e objectivos da ENEA¹⁷

A Estratégia Nacional de Envelhecimento Activo procura actuar ao longo do ciclo da vida activa dos trabalhadores e não apenas no contexto do envelhecimento activo. Desta forma, o documento produzido, apresenta a Estratégia que concretiza os objectivos de carácter preventivo, mas também de carácter reparador.

Apresentamos de seguida, de forma resumida, as prioridades e objectivos avançados pela ENEA:

I. PRIORIDADE 1 – ESTIMULAR A PERMANÊNCIA DOS TRABALHADORES MAIS VELHOS NO MERCADO DE TRABALHO

- *Melhorar a qualidade do trabalho*, de forma a combater a saída precoce dos trabalhadores do mercado de trabalho;
- *Promover condições mais favoráveis ao prolongamento da vida activa*, reforçando os incentivos ao alargamento da vida activa dos trabalhadores e evitando a antecipação do processo para a inactividade.

II. PRIORIDADE 2 – VALORIZAR E PROMOVER O CONHECIMENTO DOS TRABALHADORES MAIS VELHOS

- *Promover o acesso dos trabalhadores mais velhos à educação e formação / Aprendizagem ao Longo da Vida*, concretizando em termos estratégicos o aumento das habilitações e qualificações dos trabalhadores deveras importantes no mercado de trabalho, onde as competências são valorizadas;
- *Fomentar a valorização da experiência profissional dos trabalhadores mais velhos*, promovendo a mudança de mentalidades e das práticas das entidades empresariais no reconhecimento do *Know-how* adquirido ao longo da vida pelo trabalhador.

¹⁷ Plano Nacional de Emprego, *Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo*, 2006.

III. PREVENIR E COMBATER O DESEMPREGO DOS TRABALHADORES MAIS VELHOS

- *Apoiar os trabalhadores mais velhos afectados por processos de reestruturação económica*, promovendo acções no sentido da requalificação ou reconversão dos trabalhadores com mais idade, potenciando as suas competências e aumentando, assim, a empregabilidade dos mesmos;
- *Apoiar a reintegração dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho*, desenvolvendo acções de apoio aos indivíduos inactivos que pretendam trabalhar, possibilitando a sua readaptação a novas actividades.

Em suma, a Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo que está integrada no Plano Nacional de Emprego, procura potenciar sinergias bem como a aproximação dos vários actores (trabalhadores, empregadores, sociedade em geral); procura promover a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos; procura desincentivar a inactividade dos trabalhadores, principalmente, junto dos trabalhadores nas faixas etárias dos 45-54 e 55-64 anos; procura incentivar a aprendizagem ao longo da vida.

4.2.2. A Migração

Em Portugal, nos primeiros anos do século XXI, verificou-se um ligeiro acréscimo populacional. Assistiu-se, entre os anos 2001 e 2006, a uma diminuição do saldo natural¹⁸, e a saldos migratórios positivos, embora, neste caso, a tendência apresentada fosse decrescente. Constatou-se, ainda, neste período, o agravamento do envelhecimento demográfico.¹⁹

Perante o contexto anunciado, onde não se espera uma evolução significativa da taxa de fecundidade, de forma a aproximar-se dos níveis necessários para assegurar a substituição das gerações, os fluxos migratórios positivos tornam-se assim importantes para atenuar a tendência de envelhecimento.²⁰

18 O saldo natural é a diferença entre o número de nados-vivos ocorrido num determinado ano e o número de óbitos ocorrido no mesmo ano.

¹⁹ CARRILHO, M. J., e PATRÍCIO, L., “A situação demográfica recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística nº 42, art. 4º, 2008.

²⁰ MAGALHÃES, M.G., e PEIXOTO, J., “O impacto de diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal, 2009 – 2060”, 2008.

Neste sentido, reconhece-se a importância de Políticas de Migração favoráveis à entrada de imigrantes em idade activa, que possam contribuir para evitar o declínio de residentes nacionais em idade activa.

A Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social²¹ não contempla nas suas acções estratégicas, para fazer face ao impacto das alterações demográficas, qualquer *immigration-friendly action*. No entanto, com vista à promoção da inclusão social apresenta como objectivo favorecer a inclusão social de grupos específicos, onde estão incluídos os imigrantes e grupos étnicos.

Ser imigrante ou pertencer a um grupo étnico e cultural minoritário, não representa *per si* um indicador de exclusão. Todavia, verifica-se com regularidade diversas dificuldades de inserção neste domínio, como situações profissionais precárias, dificuldade de acesso a serviços e direitos, ou isolamento face a redes de apoio familiar e social.

No domínio da realidade estatística do envelhecimento, devemos referir que a adopção de políticas com o objectivo de atrair imigrantes, não é consensual e é de difícil execução. Neste sentido, Fialho²², refere que as dificuldades não se extinguem na pressão política dos acérrimos defensores da identidade cultural e da integridade Estado-Nação, mas também no desafio da imigração necessária de forma a manter o rácio da população em idade activa em relação à população envelhecida.

Em consequência da importância dos fluxos migratórios na dinâmica demográfica em Portugal, o Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais, do Instituto Nacional de Estatística, estuda e publica diversos documentos sobre a matéria. No presente texto procuramos salientar o estudo²³ recentemente publicado pela entidade estatística, sobre a previsão da componente migrações, a médio e longo prazo.

Tendo presente as dificuldades inerentes à prossecução do seu objectivo, como, i) a volatilidade dos fluxos migratórios internacionais, devido a choques que possam ocorrer e que influenciam a cada momento a decisão de migrar; ou, ii) a fragilidade da informação e a cobertura reduzida do fenómeno nas bases de dados ao dispor da equipe

²¹ *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008 – 2010*, 2008.

²² FIALHO, D., *SOCIUS Working Papers*, Nº10, 2006, Pág. 15.

²³ INE, *Projeções de População Residente em Portugal 2008 – 2060*, 2009.

de trabalho; foi criado um referencial de partida baseado na média dos saldos migratórios estimados no período de 1993 a 2007, para os fluxos imigratórios e emigratórios. A partir da informação do Inquérito ao Emprego foi deduzida e considerada, no que diz respeito ao volume de entradas, uma proporção relativa ao retorno de emigrantes.

Com base no valor referencial foram criadas 4 hipóteses de evolução do saldo migratório:²⁴

a. Hipótese moderada de evolução do saldo migratório

Atendendo a que a evolução recente dos fluxos migratórios de e para Portugal parece apontar para uma redução dos saldos migratórios, particularmente por efeito de uma redução do volume de entradas em Portugal, esta variante assenta no pressuposto de uma evolução moderada dos saldos migratórios e baseada na análise dos valores da média dos saldos migratórios estimados nos últimos 15 anos, como resultado das médias de entradas e saídas externas estimadas para o mesmo período.

b. Hipótese elevada de evolução do saldo migratório

Uma das hipóteses de evolução passa pela possibilidade de se verificarem no futuro saldos migratórios um pouco mais elevados comparativamente com a variante moderada, correspondendo a uma maior atractividade relativamente aos fluxos migratórios, à semelhança do observado num passado recente. Os valores desta variante resultam da aplicação de um factor (de valor absoluto idêntico) de aumento das entradas e redução das saídas.

c. Hipótese reduzida de evolução do saldo migratório

Tal como no passado recente foram registados valores de saldos migratórios mais elevados, também se verificaram valores mais reduzidos, pelo que se considerou também a hipótese de ocorrência de saldos migratórios mais reduzidos, comparativamente com a variante moderada, correspondendo a uma menor atractividade relativamente aos fluxos migratórios. Tal como na variante

²⁴ INE, *Projeções de População Residente em Portugal 2008 – 2060, Metodologia*, 2008.

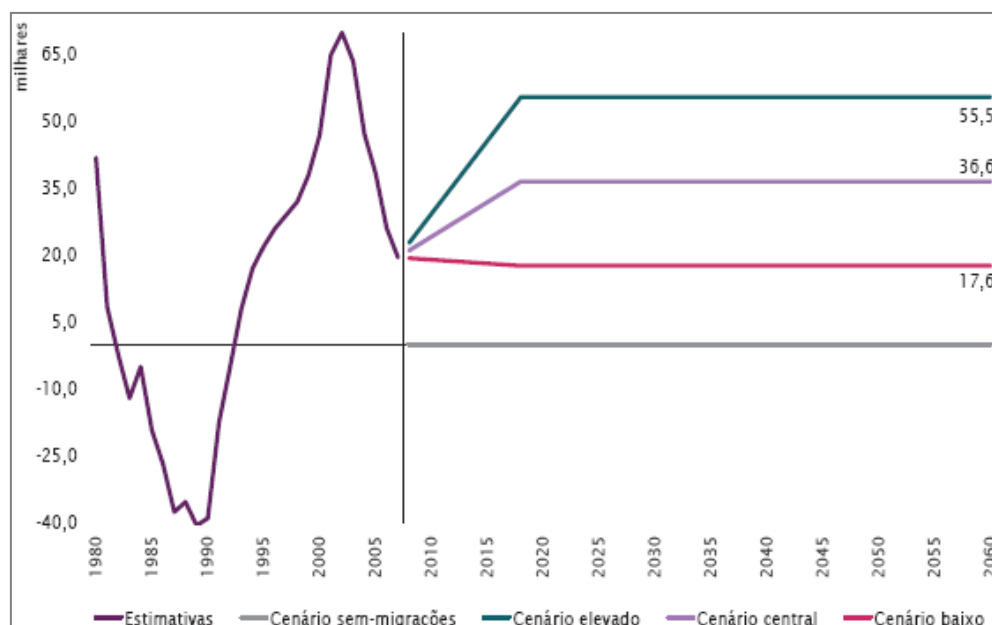
anterior, os valores são resultado da aplicação de um factor, neste caso de redução das entradas e aumento das saídas.

d. Hipótese de não concorrência de saldos migratórios

Apesar da sua forte improbabilidade, foi ainda considerado uma hipótese de evolução, que designámos por “sem migrações”, assente no pressuposto pouco provável de ausência de fluxos migratórios externos. Esta variante terá como principal objectivo a análise comparativa dos resultados obtidos no cenário que a considere nos seus cálculos, face à relevância que os fluxos migratórios têm assumido no crescimento demográfico português.

Nas primeiras três hipóteses (a, b, e c) o saldo migratório anual considerado pelo grupo de trabalho do INE parte do último valor estimado (2007) e atinge de forma gradual o valor que se pretende em 2018, onde se manterá constante ao longo do período de projecção. A quarta hipótese (d) considera a não ocorrência de saldos migratórios o que manterá um valor constante ao longo da projecção.

Gráfico 4.5. Valores estimados e projectados do Saldo Migratório, Portugal, 1980 - 2060



Fonte: INE, 2009

Os resultados deste exercício apontam para diferentes cenários para a População residente em Portugal em 2060, sendo o valor de partida o estimado a 1 de Janeiro de

2008 (10.6 milhões). A hipótese que considera uma evolução moderada do saldo migratório (H.a) aponta para um cenário estável com, aproximadamente, 10 milhões de residentes em 2060. Por outro lado, os cenários que têm por base as hipóteses de evolução elevada e reduzida do saldo migratório (b e c) apontam para 12 milhões e 8.9 milhões de residentes, respectivamente. Por último, o cenário que não considera nas suas hipóteses a migração, estima 8.2 milhões de residentes.

Ao longo do período projectado, para qualquer dos quatro cenários, os resultados indicam que o saldo natural seja negativo, e, apenas é atenuado no cenário de evolução elevada do saldo migratório, resultado “(...) *da conjugação da tendência de aumento do número de óbitos, em simultâneo com a tendência de decréscimo do número de nados vivos (...)*”²⁵.

Tendo em conta os resultados obtidos nas projecções, o estudo conclui que a tendência de envelhecimento demográfico deve manter-se. A apoiar esta tendência está o aumento da proporção da população idosa e a diminuição percentual da população jovem. Espera-se uma redução dos indivíduos em idade activa, com especial ênfase nas faixas etárias mais jovens.

Como já foi referido neste texto, o saldo migratório positivo poderá atenuar o envelhecimento demográfico mas não será suficiente por si só para evitá-lo.

4.2.3. Os Incentivos à Natalidade

Os desafios estratégicos com que nos deparamos face às tendências demográficas que se verificam actualmente tornam proeminente a discussão dos incentivos à natalidade, bem como o estudo das acções levadas a efeito nesse sentido e os resultados das medidas tomadas.

Em 2006²⁶, o Governo lançou o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, estabelecendo como prioridade das políticas de natalidade o objectivo do aumento em 50% das vagas em creches.

²⁵ INE, *Projeções de População Residente em Portugal 2008 – 2060*, 2009, Pág. 6.

²⁶ CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Comissão Permanente de Concertação Social, *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social*, 2006.

Junto dos parceiros sociais, o Governo acordou a abertura do debate para a definição de políticas de natalidade mais abrangentes e transversais, de forma a promover um real incentivo ao aumento da natalidade, principalmente, nas famílias mais jovens.

O Governo e os parceiros sociais acordaram ainda que os incentivos à natalidade não podiam passar apenas pela concessão de benefícios suportados pelo Sistema de Segurança Social, pelo que era necessário procurar e aplicar outros tipos de incentivo.

Em Setembro de 2008²⁷, enquadrado numa abordagem de estratégia global, foi traçado o eixo de acção com o objectivo de fazer face ao impacto das alterações demográficas.

Esse eixo era composto por três acções principais:

- I. *Apoiar a natalidade e a infância;*
- II. *Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar;*
- III. *Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência.*

Na prossecução do objectivo deste ponto (4.2.3.), iremos abordar, apenas, as duas primeiras acções supramencionadas.

No que ao apoio à natalidade e à infância diz respeito, foi identificada como prioridade a estruturação de um conjunto de incentivos com uma dimensão estratégica de intervenção potenciadores do desenvolvimento económico e social nacional.

Esta estratégia procura reforçar a intervenção junto das famílias, seja no planeamento familiar, seja reforçando os apoios aos rendimentos das famílias que decidem ter crianças. Aqui, é necessário realçar que à semelhança do documento produzido pela Comissão Permanente de Concertação Social²⁸, é reforçada a ideia de que a implementação de novos incentivos não pode ser feita, exclusivamente, à custa do Sistema de Segurança Social, podendo passar, por exemplo, pelas empresas.

²⁷ *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008 – 2010*, 2008.

²⁸ CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Comissão Permanente de Concertação Social, *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social*, 2006.

A procura de políticas de apoio à natalidade e infância que possam a vir a ter sucesso na sua implementação, deverá ter conta um conjunto de factores como, por exemplo, (...) *os estereótipos de género que estão na base da construção de papéis sociais dos homens e das mulheres (...)*”.²⁹

A adequação da protecção social ao ciclo de vida é outro aspecto importante a considerar na concessão de apoio à natalidade, tendo em vista os percursos escolares diferenciados, onde a formação escolar pode ser prolongada por mais anos, e a própria inserção dos jovens adultos na vida activa. Surgem, neste âmbito, as políticas que têm por objectivo combater a precariedade laboral e o desemprego, as políticas que visam criar maior estabilidade e segurança no mercado de trabalho e, que dessa forma, potenciem condições favoráveis à tomada de decisão de ter ou não ter filhos, ou ainda, ter quantos filhos.

Foi ainda considerado fundamental o reforço necessário das prestações familiares dirigidas às crianças, mais intervenção no âmbito da educação parental e maior apoio no acompanhamento da natalidade e da primeira infância.

No que diz respeito ao apoio à conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar, foi assumido o compromisso de expandir a rede de equipamentos sociais e de saúde. Esta estratégia visa promover o acesso a serviços e equipamentos sociais e de saúde de forma a dinamizar os serviços e respostas sociais essenciais à melhoria do bem-estar das crianças, dos idosos e das pessoas em situação de dependência.

Devido às diversas formas familiares existentes e aos desafios profissionais que são colocados às famílias, as dificuldades em conciliar os cuidados aos descendentes e, por vezes, cada vez mais frequente, aos ascendentes são uma realidade. A rede de equipamentos vêm desta forma contribuir para uma conciliação embora não represente por si só uma solução.

O financiamento das respostas sociais deverá ser continuamente revisto de forma a permitir o acesso de famílias e cidadãos com recursos mais escassos.

²⁹ *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008 – 2010*, 2008, Pág. 11.

Existe a intenção de reforçar a protecção na parentalidade, nomeadamente, através do alargamento da duração e nos montantes das prestações garantidas. Também a promoção da partilha das responsabilidades e a conciliação dos tempos de trabalho e assistência aos filhos, foi pensada.

As políticas que visam a conciliação da actividade profissional e a vida pessoal e familiar procuram também incentivar a participação dos homens na esfera familiar, permitindo, igualmente, a participação activa das mulheres no mercado de trabalho. O sucesso destas políticas permite, por um lado, que nem os homens nem as mulheres tenham que optar entre a carreira e o ambiente familiar, por outro lado, são um forte contributo à igualdade de género.

Todavia, a melhoria e a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar, depende também da envolvente (outros agentes). Neste domínio refira-se as boas práticas empresariais, que no âmbito da responsabilidade social estabelecida por cada empresa, procuram implementar regimes flexíveis que vão de encontro às necessidades da sua laboração mas também da organização e conciliação das necessidades pessoais e familiares dos trabalhadores.

Procurámos neste ponto apresentar as acções e as intenções que têm sido apresentadas ou levadas a efeito no sentido de incentivar o aumento da natalidade. Contudo, devemos apresentar alguns aspectos que têm sido regularmente apontados como verdadeiros obstáculos à natalidade.

Fialho³⁰, refere que os “(...) *aspectos que representam uma verdadeira resistência social à maternidade (...)*” são:

- a) A excessiva tributação das famílias;
- b) A discriminação salarial a desfavor das mulheres que optam por ter filhos;
- c) As menores possibilidades de progressão profissional das mulheres que optam por ter filhos, sendo dificultado o acesso a cargos de poder;
- d) A ausência de estruturas de apoio à família.

³⁰ FIALHO, D., *SOCIUS Working Papers*, Nº10, 2006, Pág. 16.

Segundo Fialho, apenas a correcção destes aspectos e a promoção de um conjunto de incentivos, poderá contribuir para o aumento da natalidade e atenuar assim o fenómeno do envelhecimento demográfico em Portugal.

4.3. Resumo

As projecções demográficas para Portugal evidenciam um progressivo aumento do peso na população total dos grupos etários mais idosos. Este facto conduz a um conjunto de desafios e oportunidades que deverão ser analisados.

A reflexão sobre o processo de envelhecimento obriga à intervenção do poder político no sentido de procurar maior vitalidade da sociedade portuguesa no futuro.

A promoção do envelhecimento activo é uma acção incontornável do poder político para fazer face aos desafios colocados pela evolução demográfica. Nesse sentido, procura conciliar e alterar as mentalidades dos trabalhadores e empregadores, promover e apoiar a formação ao longo da vida, melhorar as condições do trabalho e incentivar os trabalhadores a ter carreiras mais longas.

A promoção da imigração é outra acção importante, de forma a rejuvenescer a população e, assim, atenuar os efeitos decorrentes do envelhecimento. A atracção de imigrantes em idade activa pode ser conduzida através da adopção de políticas favoráveis à entrada de emigrantes, onde são incluídas as políticas de integração. Esta matéria, porém, não é consensual. Poderá existir alguma resistência quanto à aplicação de este tipo de política por parte de defensores extremistas da identidade cultural e nacional.

A natalidade é, igualmente, importante na reflexão sobre o envelhecimento. Neste caso devemos analisar as políticas que procuram incentivar os nascimentos, e, estimar os seus efeitos. Reconhecendo alguma resistência por parte das famílias em ter mais filhos, devemos procurar corrigir os aspectos que levam as mesmas a tomar essa decisão.

Em suma, o envelhecimento populacional é um grande desafio para o qual devemos procurar medidas que permitam reduzir o impacto que possa vir a ter no nosso modelo económico e social.

PARTE II. CONCEITOS RELEVANTES E ASPECTOS TEÓRICOS DO ENVELHECIMENTO

Capítulo 5. Conceitos relevantes na abordagem do envelhecimento demográfico

5.1. Introdução

O capítulo 5 tem como principal objectivo identificar alguns conceitos relevantes na abordagem do envelhecimento demográfico.

Começamos por abordar o desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos sociais em Portugal. Para compreender o actual sistema de segurança social entendemos a necessidade da apresentação e desenvolvimento dos sistemas que o precederam, analisando o período que começa no início do século XX até ao processo de integração na União Europeia em 1986.

Associado ao tema do Sistema de Segurança Social, vamos ainda procurar definir os Sistemas de Repartição e de Capitalização. Neste particular, para além de apresentar os dois sistemas indicando, de forma resumida, em que se baseiam, pretendemos referir o que representam em termos económicos.

A abordagem ao envelhecimento demográfico pode ser feita de diversas perspectivas. Em termos agregados, as estatísticas apontam para um envelhecimento demográfico em Portugal. Mas, se procurarmos analisar os dados mais finos, será que chegamos à conclusão que o envelhecimento afecta uniformemente todas as regiões no nosso País? Neste capítulo procuramos, também, efectuar uma abordagem ao envelhecimento regional.

Por fim, iremos analisar o padrão da despesa média de agregados familiares constituídos exclusivamente por idosos. Neste caso, será interessante, sempre que possível, fazer a comparação com famílias constituídas apenas por indivíduos com menos de 65 anos.

Achamos relevante para o objectivo global deste trabalho apresentar estes conceitos, embora reconhecendo que haveria espaço, na discussão do tema do envelhecimento demográfico, para outros conceitos igualmente relevantes.

5.2. O Sistema de Segurança Social³¹

De acordo com Mendes, o primeiro sistema nacional de gestão dos riscos sociais foi organizado pelo então regime corporativo³² e, visava, “(...) *conferir um largo papel às estratégias previdenciais de protecção e aos mecanismos recíprocos de partilha de risco (...).*”³³

Em 23 de Setembro de 1933, foi promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional, pelo decreto-lei nº. 23.048, dando início às bases da doutrina corporativa portuguesa, onde “(...) *se atribui aos organismos corporativos de base a missão da criação das instituições em que se quer estruturar o novo sistema.*”³⁴

Dois anos passados, em 1935, a estrutura da previdência social é consagrada pela lei nº. 1884. Pereirinha e Carolo, com base em Guibentif³⁵, referem que a estrutura emergente era composta por organismos que se dividiam em três sectores: “ *a) o sector corporativo, composto pelo conjunto das instituições de previdência dos organismos corporativos (Caixas Sindicais de Previdência, caixas de previdência das Casas do Povo, e Casa dos Pescadores); b) o sector privado, composto pelas Caixas de Reforma ou de Previdência e as Associações de Socorros Mútuos; c) o sector público, constituído pelas Instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos*

³¹ Este ponto do capítulo 5 terá como fontes, no que diz respeito aos aspectos de evolução histórica, MENDES, F.R., *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, 2005, secção 3.3, *Da Previdência à Segurança Social*; e, PEREIRINHA, J.A., CAROLO, D.F., *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social*, CISEP – ISEG, 2006. Sempre que for utilizada outra fonte, esta será devidamente identificada.

³² O corporativismo é um tipo de organização político-económica das sociedades, que se assumiu como sistema no início do século XX. As corporações correspondem a instituições que podem ter vários tipos de carácter: económico, moral e cultural. Em Portugal, o regime salazarista baseou-se no corporativismo, embora o Estado tenha exercido um forte controlo sobre as corporações. Podemos falar, assim, mais do que um sistema corporativista de um sistema de dirigismo estatal.

³³ MENDES, F.R., *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, 2005, Pág.111.

³⁴ Idem, Ibidem.

³⁵ GUIBENTIF, P., *Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo*, 1985.

Administrativos (Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado)”³⁶.

Desta forma, verifica-se que a intervenção estatal limitava-se à criação de organismos, de forma a suprir as situações de risco como, por exemplo, a doença, o desemprego ou a velhice.

Mendes refere que o “ (...) *financiamento da Previdência Social ficou a cargo exclusivo das contribuições de beneficiários e empregadores, sector a sector e empresa a empresa.*” Sendo que o “ (...) *regime financeiro adoptado foi a capitalização das contribuições sociais.*”³⁷

Todavia, as instituições de previdência criadas revelaram-se insuficientes, e os incentivos dos agentes à procura de sistemas que os protegessem dos riscos sociais eram, igualmente, diminutos.

Na década de 40, o decreto-lei nº. 30711, de 29 de Agosto de 1940, permitiu a criação de condições para que o governo pudesse tomar iniciativa de criação de Caixas de Reforma ou Previdência, aumentando o âmbito das instituições existentes, prevenindo situações em que trabalhadores sem iniciativa se colocassem numa situação de não acesso a protecção social. Em 1943, o decreto-lei nº. 32674, de 20 de Fevereiro, visava uma maior uniformização de regimes das Caixas Sindicais de Previdência e das Caixas de Reforma ou de Previdência.

Não obstante a expansão verificada no número de beneficiários em termos nacionais, a cobertura da população activa não foi total.

A assistência social às famílias foi estruturada para todo país, sendo inicialmente designada como a Defesa à Família. A “assistência social e sanitária” pertencia ao domínio de intervenção das autarquias, das instituições particulares e do estado.

Em 1944 foi aprovado, pela lei nº. 1998, o Estatuto da Assistência Social, cujas actividades de assistência, segundo a própria lei, deveriam ser exercidas em

³⁶ PEREIRINHA, J.A., CAROLO, D.F., *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social*, CISEP – ISEG, 2006, Pág. 9.

³⁷ MENDES, F.R., *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, 2005, Pág.112.

coordenação com as de previdência. Mendes, refere no seu texto que esta lei veio rematar “(...) *o edifício jurídico da gestão de riscos sociais do corporativismo*”.³⁸

Em 1960, verificava-se ainda enormes diferenças na capacidade do sistema corporativo de gestão, dar respostas aos riscos sociais nas zonas rurais e urbanas. Esta década foi marcada pela Reforma da Previdência Social.

A Lei nº. 2115, de 18 de Junho de 1962, teve como objectivo reformar o então sistema em vigor e introduzir significativas alterações na organização institucional da previdência. A Reforma visava o alargamento do sistema e do seu raio de acção, contribuindo para um Regime Geral de Segurança Social.

Segundo Mendes, a Lei nº. 2115 “(...) *dá novo fôlego ao sistema e reorganiza as instituições de previdência. As caixas Sindicais serão especializadas na previdência dos assalariados e as Caixas de Reforma deverão confinar-se à previdência dos trabalhadores independentes. Em meio rural, as Casas do Povo, tal como as Casas dos Pescadores, conservam o carácter de instituição de assistência social e médica.*”³⁹

Em 1963, a Lei nº. 2120, veio reorganizar a assistência social e saúde. É criada com o intuito de dar resposta à carência sentida pelas pessoas que não eram abrangidas pelo regime geral de previdência.

Alguns anos passados, em 1973, o Ministério que tutela a Previdência Social passa a ser designado por Ministério das Corporações e da Segurança Social.

É neste momento que o Estado assume a iniciativa crescente e exclusiva da protecção dos riscos sociais. É consagrado constitucionalmente o direito de todos os cidadãos à segurança social, dando-se início à ratificação do documento fundamental das seguranças sociais modernas⁴⁰.

O direito universal à segurança social, reconhecido pela Constituição da República, estabelece que: i) o Estado é responsável pela organização e coordenação de um sistema de segurança unificado; ii) o Estado deverá subvencionar o sistema; e, iii) os riscos sociais nas eventualidades da doença, velhice, invalidez, sobrevivência, desemprego

³⁸ Idem, Pág.113.

³⁹ Idem, Pág. 115.

⁴⁰ Convenção da Organização do Trabalho nº. 102, 1952.

bem, como qualquer outro tipo de carência de recursos ou de capacidade de trabalho, deverão ser cobertos pelo sistema.

O financiamento da segurança social é garantido na sua maioria pelos agentes activos e pelas entidades empregadoras, no entanto, passa a contar com transferências consagradas do Orçamento do Estado.

A primeira lei de bases da segurança social é aprovada pelo Parlamento, em 1984. A Lei nº. 28/84, de 14 de Agosto, vem configurar um novo sistema nacional de gestão dos riscos sociais, desenvolvendo um conceito: o *Sistema de Segurança Social*.

Este conceito é definido na lei como o conjunto de “*regimes e instituições de segurança social*”, e procura atender aos seguintes objectivos: i) proteger os trabalhadores e as suas famílias em situações de falta de recursos ou de perda de capacidade de trabalho, desemprego involuntário e morte, garantido também a compensação dos encargos familiares; ii) proteger as pessoas sem recursos.

Assim sendo os objectivos e os princípios do sistema procuram garantir, por um lado, a substituição do rendimento de trabalho numa situação de ausência deste, e, por outro, o rendimento de compensação de encargos com pessoas a cargo e subsídios de assistência em situações de carência.⁴¹

Definem-se, então, dois regimes de segurança social⁴²:

- *O Regime Geral contributivo, cujo campo de aplicação inclui todos os trabalhadores, por conta de outrem e sujeitos a outros estatutos laborais;*
- *O Regime Não-Contributivo, o qual protege os cidadãos em situações de necessidade quando não cobertos pelo Regime Geral.*

O processo de transição demográfica em Portugal conduziu, na década de 80, a diversas interrogações sobre a sustentabilidade intergeracional da segurança social. Em 1982, o Relatório da Comissão Nacional à Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, era optimista em relação ao impacto da evolução demográfica no sistema de pensões.

⁴¹ MENDES, F.R., *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, 2005, Pág.118.

⁴² Idem, Ibidem.

Todavia, o enorme aumento do número de beneficiários verificado entre 1980 e 1985 e, consequente, acréscimo da despesa, rapidamente diminuiu as expectativas optimistas. Por outro lado, o rigor orçamental imposto a Portugal no processo de integração na Comunidade Europeia em 1986 e, posteriormente, o processo para a moeda única, levaram o tema da sustentabilidade da Segurança Social a ser ainda mais premente.

É neste momento, sobre o tema da sustentabilidade da Segurança Social, que surgem duas questões relevantes sobre o financiamento do sistema. A primeira questão diz respeito à origem dos fundos, nomeadamente, ao peso das contribuições dos beneficiários, das entidades empregadoras e das transferências do Estado⁴³. A segunda questão coloca-se sobre o regime de financiamento a adoptar, sendo equacionados os sistemas de repartição ou de capitalização.

Olhando aos objectivos do nosso texto, importa clarificar neste capítulo os conceitos supramencionados.

5.2.1. Sistema de Repartição

Um sistema de segurança social que assenta num regime de repartição é financiado por prestações obrigatórias dos beneficiários (trabalhadores) e das entidades patronais. As contribuições são calculadas a partir de percentagens sobre os rendimentos.

Neste sistema, as contribuições de um período, são utilizadas para pagar pensões de reforma no mesmo período. Estamos perante uma série de fluxos financeiros, em que uma geração activa procura contribuir para uma geração inactiva, que hoje recebe as suas pensões. É na base da expectativa criada pela geração activa, que no futuro pretende beneficiar da sua pensão de reforma esperando que a geração seguinte não quebre este nexo geracional, que o sistema de repartição se tem sustentado.

O sistema de repartição define à partida as prestações dos seus contribuintes e os pagamentos futuros dos beneficiários.

Quando o valor das prestações dos contribuintes excede o valor das prestações pagas, como se tem verificado nos últimos anos, esse valor é aplicado num fundo de

⁴³ Iremos abordar esta questão mais à frente, no capítulo 7.

capitalização colectiva, para que possa ser utilizado numa situação em que a diferença dos fluxos financeiros seja negativa.

Em termos económicos, este “contrato geracional”, em que são gerados fluxos financeiros num determinado período, podemos considerar que os mesmos induzem ao crescimento económico através do aumento da procura efectiva, se considerarmos que as prestações obrigatórias são direccionadas ao financiamento de pensões e, esse rendimento, utilizado em consumo (bens e serviços). Se consideramos válido, este efeito induzirá por sua vez o aumento do emprego.

5.2.2. Sistema de Capitalização

À semelhança do sistema de repartição, um regime de capitalização é financiado por prestações obrigatórias dos beneficiários e das entidades patronais e as contribuições são calculadas, igualmente, a partir de percentagens sobre os rendimentos. Todavia, neste sistema não existe a relação intergeracional de fluxos financeiros.

No sistema de capitalização, as prestações obrigatórias dos contribuintes são acumuladas em fundos de pensões. O objectivo é aplicar esse capital nos mercados financeiros e diferentes activos, para gerar capital que mais tarde servirá para pagar as futuras pensões dos actuais contribuintes.

O sistema de capitalização define à partida as prestações dos seus contribuintes mas as pensões dependerão do desempenho dos investimentos nos mercados.

Em termos económicos, este sistema tem como principais críticas, por um lado, o risco que os pensionistas têm que suportar pela volatilidade dos mercados e uma possível evolução desfavorável dos fundos de pensões. Por outro lado, as enormes reservas de capitais são aplicadas nos mercados financeiros não tendo, por isso, impacto no curto prazo na economia real. E, ainda, para gerar rentabilidades elevadas nos investimentos, a pressão sobre as taxas de juro reais têm um efeito negativo no crescimento económico.

5.3. Envelhecimento ou Envelhecimentos?

5.3.1. Envelhecimento das Regiões⁴⁴

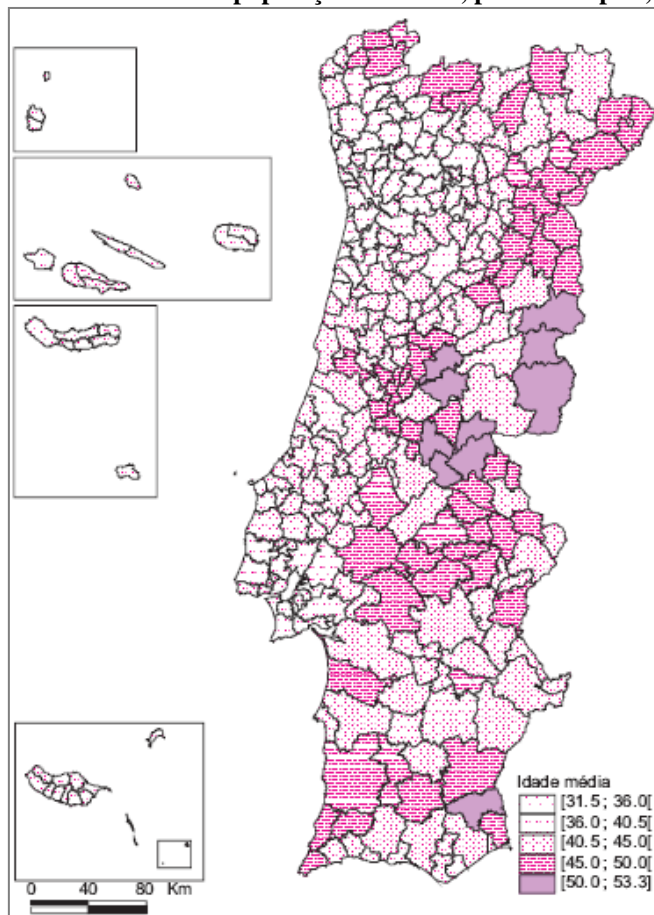
O fenómeno do envelhecimento demográfico Português afecta de forma transversal todas as regiões do país. No entanto, ao analisarmos a estrutura etária das regiões e os efeitos conjugados do progressivo aumento da longevidade e a diminuição dos níveis de fecundidade, verificamos que a evolução do envelhecimento demográfico não é igual em todas as regiões do país.

No que diz respeito ao envelhecimento por município, encontramos algumas diferenças significativas. Resultados apresentados pelo INE apontam para que, em 2005, 214 dos 308 municípios teriam uma idade média superior à do país (40,6 anos). Entre estes, 10 municípios do interior do país teriam uma idade média superior a 50 anos, enquanto nas regiões autónomas, 6 concelhos, apresentavam uma média inferior a 35 anos de idade.

⁴⁴ INE, *Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual*, Revista de estudos demográficos nº. 40, artº. 2º., Pág. 21.

O cartograma seguinte permite visualizar as disparidades das idades médias por município em 2005.

Figura 5.1. Idade média da população residente, por municípios, em 2005



Fonte: INE, Revista de estudos n.º. 40

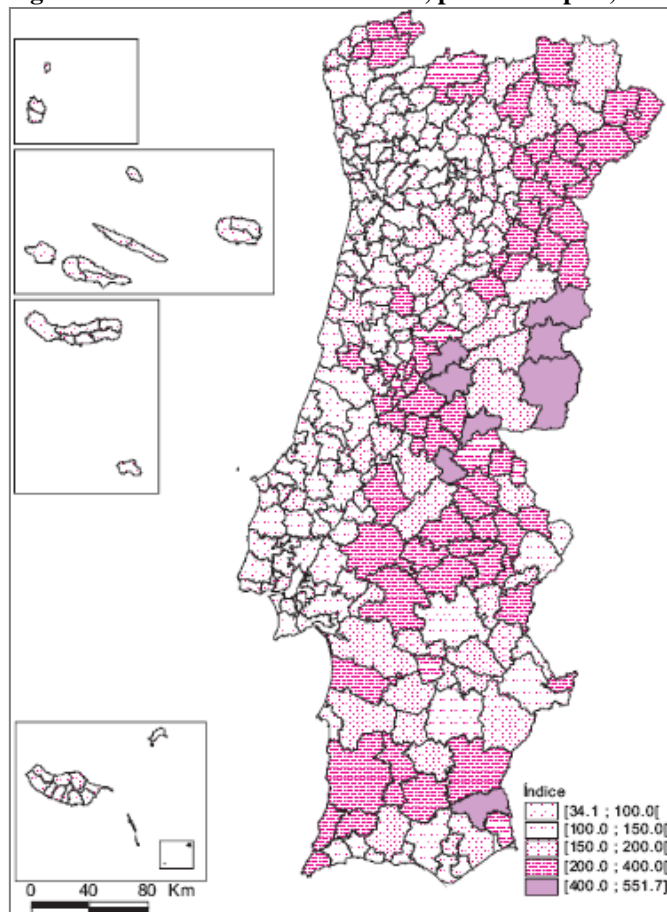
Ao analisar a figura 5.1., podemos constatar que os municípios que apresentaram a média de idades mais elevada situavam-se no interior centro e norte, e no Alentejo.

Por outro lado, as cidades de Lisboa e Porto, e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira apresentaram médias de idades menos elevadas.

Ao compararmos o índice de envelhecimento das diferentes regiões, em 2005, apercebemo-nos de realidades significativamente distintas. Enquanto, por exemplo, nos Açores a relação do número de idosos por 100 jovens era igual a 63, na Madeira de 72 e na região Norte de 91 idosos, o Alentejo (171 idosos) e a região Centro (140 idosos) apresentavam uma realidade relacional contrastante.

A figura 5.2. permite visualizar a relação do número de idosos por 100 jovens, por município, em 2005.

Figura 5.2. Índice de envelhecimento, por municípios, 2005



Fonte: INE, Revista de estudos n.º. 40

Entre os 308 municípios, 85 apresentavam maior número de jovens em relação ao número de idosos. Destacamos a Câmara de Lobos com 296 jovens por 100 idosos.

Contrastando com este cenário destacamos o concelho mais envelhecido, Vila Velha de Rodão com, aproximadamente, 5 idosos por cada Jovem.

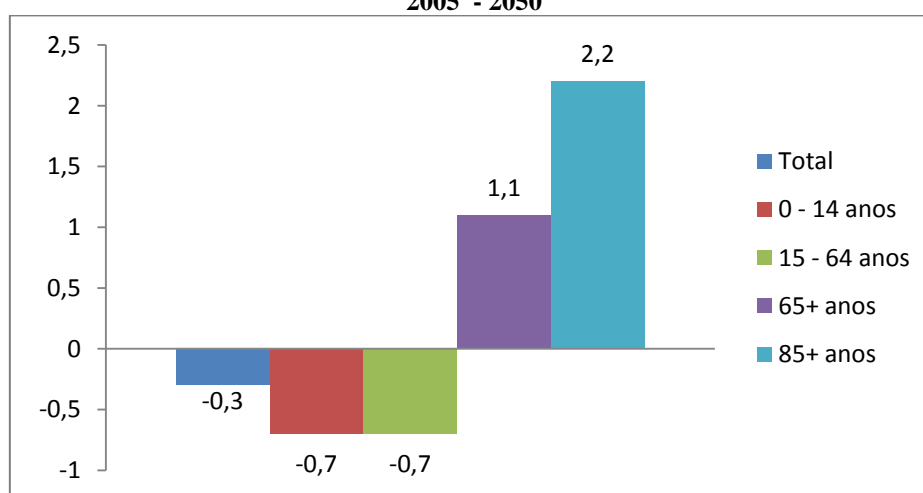
Com base no cenário médio⁴⁵ da evolução demográfica, as projecções do INE para a população residente no período de 2005 – 2050, indicam que iremos verificar um

⁴⁵ Cenário elaborado pelo INE, nas projecções da população residente para Portugal 2000 – 2050. Este cenário considera as seguintes hipóteses: aumento gradual da fecundidade (1,7 crianças por mulher em 2050); crescimento moderado da esperança de vida à nascença (79,0 anos para os homens e 84,7 anos para as mulheres, em 2050); e, por fim, considera um saldo migratório positivo, decrescente e igual a 10 mil indivíduos até 2010, nível que se mantém constante até ao final do período de projecção.

decrécimo da população total na ordem dos 0,3% ao ano. A população jovem e a população em idade activa devem decrescer a ritmos idênticos ao da população total. Em sentido contrário, a população idosa com 65 e mais anos deverá continuar a aumentar a um ritmo de 1.1% ao ano, enquanto a população com 85 e mais anos deverá crescer a um ritmo ainda superior, 2,2% ao ano.

No gráfico seguinte, podemos observar os diferentes ritmos de crescimento por grupos etários no período 2005 – 2050.

Gráfico 5.1. Taxa média anual de crescimento (%) da população por grupos etários, Portugal, 2005 - 2050



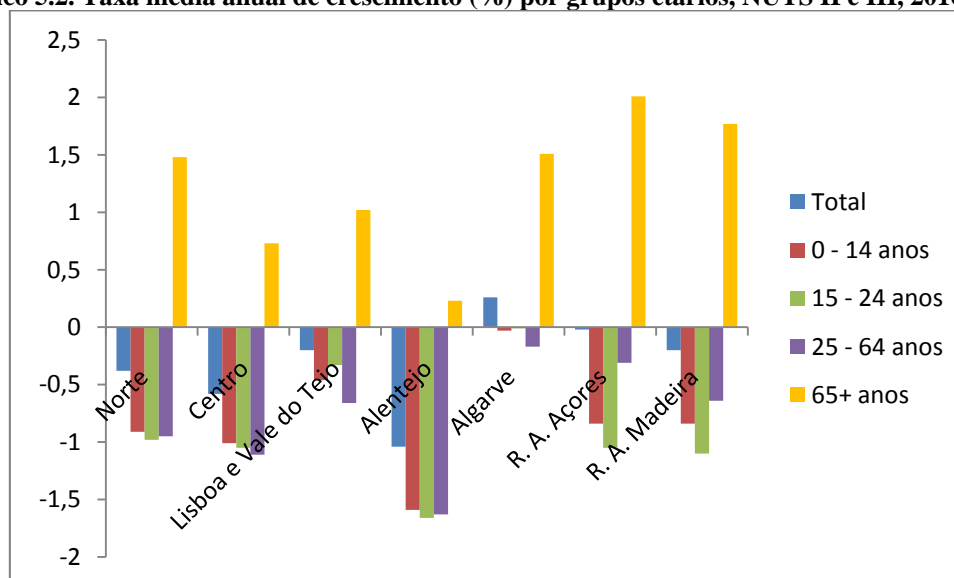
Fonte: INE, Revista de estudos n.º. 40

Após a análise dos ritmos de crescimento projectados para os grandes grupos etários em Portugal, importa analisar as projecções para os mesmos grupos etários, em função do espaço territorial⁴⁶.

⁴⁶ Unidades territoriais segundo NUTS 2001 (de acordo com a desagregação geográfica em vigor a 12/03/2001).

Considerando as projecções do INE, 2010 – 2050, verificamos um decréscimo de população nas seguintes regiões: Norte (-0,38%), Lisboa e vale do Tejo (-0,20%), Centro (-0,58%), região autónoma da Madeira (-0,20%) e região autónoma dos Açores (-0,02). Apenas o Algarve apresenta uma taxa média de crescimento positiva (0,26%).

Gráfico 5.2. Taxa média anual de crescimento (%) por grupos etários, NUTS II e III, 2010 - 2050



Fonte: INE, Revista de estudos nº. 40

De forma notável, podemos verificar o aumento muito significativo da população com 65 ou mais anos em todas as regiões, da mesma forma que se verifica um decréscimo da população em idade activa, com especial relevância no Alentejo (-1,63%).

Apesar do cenário de envelhecimento demográfico ser transversal em Portugal, as alterações na estrutura da população revelam comportamentos diferentes a nível regional.

Segundo o estudo do INE, estima-se que em 2050 existirá, em Portugal, 243 idosos por cada 100 jovens, e que a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos no total da população será de 32%.

Ao efectuarmos uma análise por regiões e sub-regiões chegamos a resultados assimétricos. No que diz respeito ao índice de envelhecimento, verificamos que as sub-regiões que apresentam um menor número de idosos por cada 100 jovens são: a sub-região do Médio Tejo (204), do Oeste (205) e da Península de Setúbal (208). Estas sub-regiões apresentam um claro contraste com as sub-regiões do Baixo Alentejo (380),

do Alentejo Central (382) e do Alentejo Litoral (382). É importante realçar, que se estima para todas as sub-regiões em 2050, uma relação de mais de 2 idosos por cada jovem.

Estima-se que a proporção da população com 65 ou mais anos na população total em 2050 será maior nas sub-regiões do Baixo e Alto Alentejo (39,7 % e 40,0%, respectivamente). No caso das sub-regiões do Oeste e da Península de Setúbal, os resultados são menos desanimadores, apresentando cada sub-região uma relação de, aproximadamente, 29% de indivíduos com 65 ou mais anos no total da população.

Neste ponto procurámos analisar o envelhecimento demográfico a nível regional. Concluimos que embora o envelhecimento demográfico seja uma realidade transversal em Portugal, as regiões não serão afectadas de forma homogénea, sendo o Alentejo a região do país mais afectada por esta alteração demográfica. Por seu lado, o Algarve, será a região menos afectada.

5.3.2. Padrão de Consumo⁴⁷

Ao incluir este tema no trabalho, procuramos analisar a composição da despesa média do agregado familiar composto por idosos e, sempre que possível, compará-la com o agregado familiar sem idosos.

Para o efeito, iremos utilizar a informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, sobre o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000.

No período em análise, verificou-se que os agregados familiares constituídos unicamente por idosos⁴⁸ tiveram um nível de despesa média anual de 6423 euros. Comparando o nível de despesa média destes agregados com a média dos restantes agregados familiares em 2000, observamos que a sua despesa apenas representa 46% da despesa dos restantes agregados (13828 euros).

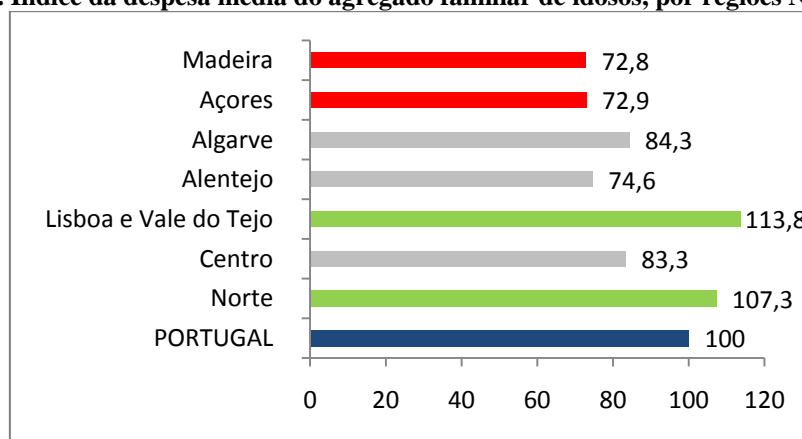
A nível regional a disparidade da despesa média dos agregados familiares de idosos é significativa, onde a região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região Norte apresentaram um nível de despesa acima da média (os valores mais elevados, 7307 e 6895 euros,

⁴⁷ INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 – Particularidades da população idosa*, 2002.

⁴⁸ Foi considerado idoso, todo o indivíduo com 65 ou mais anos.

respectivamente). Contrastando com este quadro, aparecem as regiões autónomas da Madeira (4676 euros) e dos Açores (4681 euros), com o nível mais baixo de despesa média.

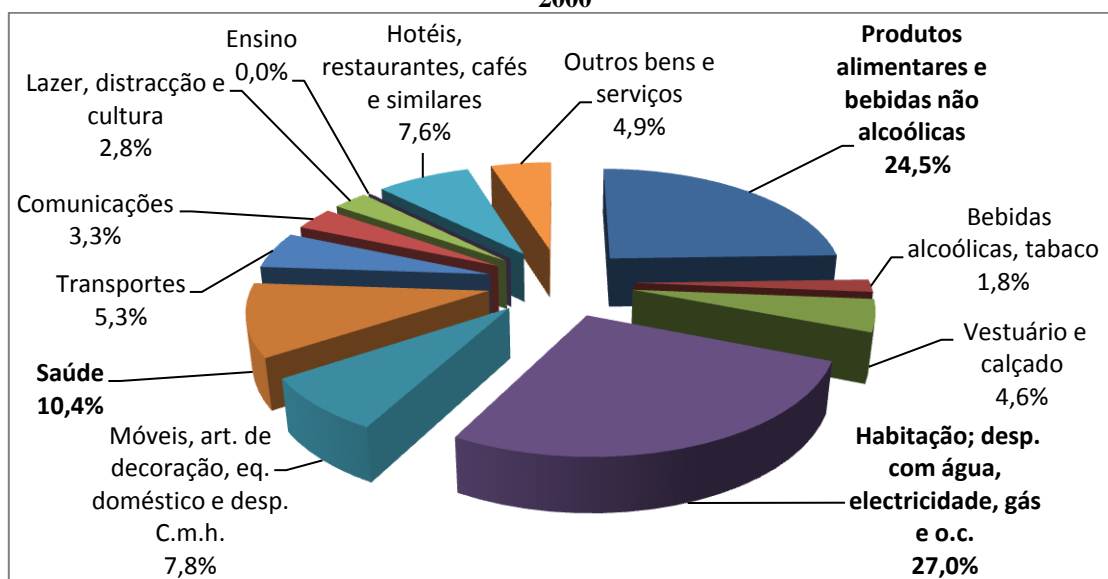
Gráfico 5.3. Índice da despesa média do agregado familiar de idosos, por regiões NUTS II, 2000



Fonte: INE, 2002

Os agregados familiares de idosos, no que diz respeito à repartição da sua despesa, apresentaram maior concentração em três rubricas. A classe da “*Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis*” representou 27% da despesa total, enquanto a classe dos “*Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*” representou 24,5%.

Gráfico 5.4. Repartição da despesa média anual pelas classes da COICOP, Agregados de Idosos, 2000



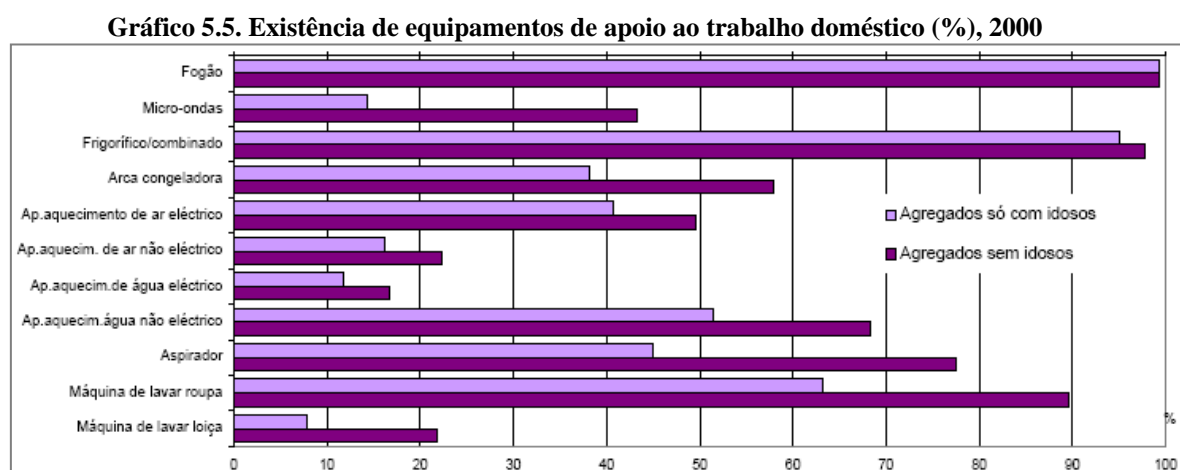
Fonte: INE, 2002

À semelhança destes agregados familiares, os agregados sem idosos também tiveram maior despesa nestas duas classes, ainda que, com menor peso no total da sua despesa (18,9% e 17,2%, respectivamente).

A terceira maior despesa dos agregados familiares constituídos exclusivamente por idosos esteve relacionada com a classe da saúde. Neste caso, representou 10,4% da despesa total. No entanto, uma observação mais atenta da despesa em saúde indica-nos que grande parte desta despesa advém da necessidade de “*medicamentos, aparelhos e material terapêuticos*”, a qual representou 6,8% da despesa em saúde. Por outro lado, o recurso a “*serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares*”, teve um peso bastante inferior na despesa total em saúde, representando apenas 2,8% da mesma.

Os agregados sem idosos apresentaram um nível de despesa com a saúde de apenas 4,1% da sua despesa total, consideravelmente menos que os agregados de idosos. A terceira maior despesa destes agregados esteve relacionada com os transportes (16,2%).

Ao analisar a existência de equipamentos de apoio ao trabalho doméstico verificamos grandes assimetrias entre os dois tipos de agregados familiares. O gráfico 5.5. ilustra bem essas diferenças, onde se destacam o micro-ondas, o aspirador ou a máquina de lavar roupa.



Fonte: INE, 2002

Estas diferenças manifestam-se, essencialmente, pela maior capacidade financeira, em média, dos agregados familiares sem idosos.

Concluímos, que os agregados familiares de idosos baseiam a sua despesa nas classes directamente relacionadas com bens essenciais, em detrimento de classes mais orientadas para o consumo de bens ou serviços não essenciais.

5.4. Resumo

O actual sistema de segurança social em Portugal teve a sua origem no regime corporativo. Salazar, baseou-se no sistema corporativo embora tenha exercido sempre um controlo sobre as corporações, pelo que, será mais exacto falar-se de um sistema de dirigismo estatal.

Ao longo do tempo, conheceu-se várias alterações e reformas no sistema de cobertura de riscos sociais. De forma gradual, as mudanças permitiram o alargamento do sistema e do seu raio de acção, contribuindo para um Regime Geral de Segurança Social.

O fenómeno demográfico que estamos a assistir em Portugal, embora afecte todas as regiões do País, não afecta todas as regiões de forma homogénea. Podemos, então, falar de envelhecimentos em Portugal.

Verificamos um grande aumento da população com 65 ou mais anos e um decréscimo da população em idade activa em todas as regiões. A região mais afectada com estas transformações é o Alentejo, contrastando com a região do Algarve que é a menos afectada.

Para além do fenómeno demográfico, a nível regional existem outros tipos de heterogeneidades. A despesa média dos agregados familiares de idosos é, significativamente, diferente de região para região. A região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região Norte apresentaram um nível de despesa igual a 7307 e 6895 euros, respectivamente. Estas despesas ficaram acima da despesa média nacional. Por outro lado as regiões autónomas da Madeira (4676 euros) e dos Açores (4681 euros) apresentaram o nível mais baixo de despesa média a nível nacional.

No que diz respeito ao padrão de despesa dos idosos em Portugal, podemos concluir que a despesa apresenta maior concentração em três componentes principais: i) classe da *“Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis”*; ii) a classe dos *“Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”*; e, por fim, iii) a classe da saúde.

PARTE III. O FENÓMENO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM PORTUGAL

Capítulo 6. Um olhar sobre a perspectiva social

Quem não sabe o que é a velhice, tenha paciência até lá chegar, que antes não o pode saber.

Miguel Ângelo⁴⁹

6.1. Introdução

O presente capítulo visa indiciar alguns aspectos sociais relevantes decorrentes deste fenómeno social que é o envelhecimento demográfico.

Neste contexto, Portugal como a maioria dos países industrializados, enfrentarão no século XXI enormes desafios económicos mas também sociais, como a necessidade do aumento da idade de reforma, a qualidade de vida de uma população envelhecida, o estatuto dos idosos na sociedade, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde⁵⁰.

Este fenómeno social, para além dos desafios que nos coloca, cria-nos um conjunto de oportunidades. Uma sociedade onde se verifique um grupo populacional envelhecido, estatisticamente significativo, tem necessidades e especificidades próprias. Devido à perda de alguma autonomia dos elementos deste grupo surge a necessidade de diversos serviços comunitários e de redes de solidariedade, possibilitando aqui o desenvolvimento do sector terciário e criação de novas profissões. As pessoas idosas têm padrões de consumo diferentes de uma população mais jovem, criando espaço para novos mercados e actividades económicas.

Iremos abordar a importância das redes de suporte numa sociedade envelhecida, apresentando de forma sucinta, a rede de suporte formal e a rede de suporte informal, o

⁴⁹ Citado em OLIVEIRA, J.H, Psicologia do envelhecimento e do idoso, Legis Editora, 2005, Pág. 5.

⁵⁰ INE, *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*, 2002.

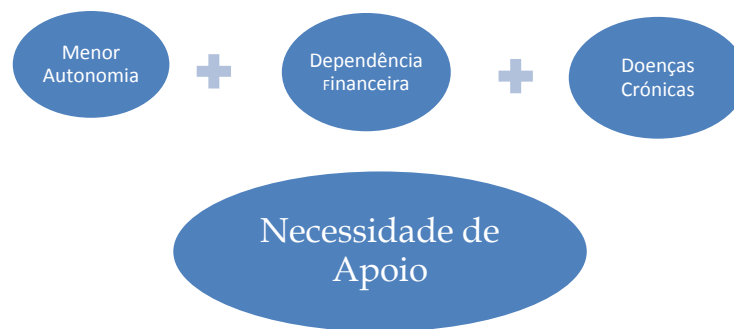
que são, quais as suas funções e o que representam no bem-estar do quotidiano do idoso.

Terminaremos com uma breve reflexão sobre a necessidade que a sociedade deverá obrigar-se a fazer, sobre a integração de um grupo populacional na sociedade e a alteração de mentalidades que possa beneficiar o bem-estar geral.

6.2. A importância das redes de suporte numa sociedade envelhecida

O aumento da população idosa tem consequências da maior relevância do ponto de vista social. O fenómeno do envelhecimento demográfico, como já foi apresentado neste texto, tem como importante factor contribuidor o aumento da esperança média de vida. Se existem mais pessoas com idade avançada e, se estas vivem mais anos, é fundamental reflectir se a sociedade, como hoje a conhecemos, está preparada para fazer face às necessidades prementes e crescentes deste grupo etário. A maior dependência ou simples perda de autonomia das pessoas idosas conduz à maior pressão de unidades de suporte, onde a heterogeneidade regional⁵¹ deverá estar sempre presente no processo de decisão.

Figura 6.1. O envelhecimento e a dependência



Fonte: Elaborado pelo autor

É, perante esta necessidade, num contexto de envelhecimento, que emergem os conceitos de redes de suporte formais e informais. Estas redes de suporte visam, essencialmente, prestar um conjunto alargado de serviços com vista à satisfação das

⁵¹ Referimo-nos à heterogeneidade do envelhecimento populacional abordado no capítulo 5.

necessidades básicas quotidianas, contribuindo para o incremento do bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população idosa.

6.2.1. Rede de suporte formal⁵²

Identifica-se como rede de suporte formal ou institucional, um conjunto de serviços e equipamentos de apoio à população idosa, como são exemplo, os Centros de Dia, os Lares, os Centros de Convívio ou os Serviços de Apoio Domiciliário. Surge a figura de cuidador formal, que é designado como sendo o profissional que presta cuidados ao utente com contrapartida financeira⁵³. Estes visam atender às necessidades do idoso concedendo-lhe assim maior autonomia e bem-estar.

Apesar de, em Portugal, desde a década de 60, se ter verificado um aumento incremental dos diversos serviços e equipamentos formais, com funções de apoio à população idosa, estes são, ainda, considerados insuficientes⁵⁴.

Se tomarmos como referência as projecções do Instituto Nacional de Estatística⁵⁵, compreenderemos facilmente a necessidade da ampliação dos apoios formais e informais no futuro.

A diversidade de serviços e equipamentos formais de apoio a idosos assumem assim grande relevância em termos sociais. Destacaremos de seguida - embora que de forma sucinta - a sua importância, referindo os seus objectivos e características.

Os Centros de Dia apresentam um conjunto de serviços que contribuem diariamente para o bem-estar do idoso e ainda para a sustentabilidade do idoso no seu meio familiar.

*A família é o contexto desejado para envelhecer (...) é o lugar de aconchego, segurança identidade e lembranças.*⁵⁶

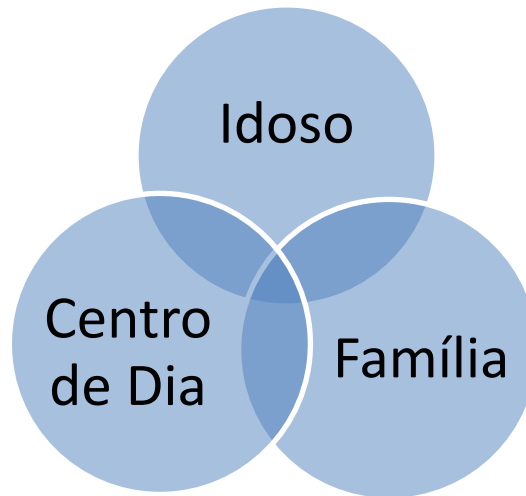
⁵² Utilizaremos como material de apoio os Guiões Técnicos do Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, da Direcção-Geral da Acção Social, divulgados no site www.socialgest.pt.

⁵³ SOUSA, L. ; FIGUEIREDO, D. ; CERQUEIRA, M. ; *Envelhecer em Família*, Ambar, 2004, Pág. 70.

⁵⁴ Idem, Pág. 97.

⁵⁵ Ver capítulo 3.

⁵⁶ SOUSA, L. ; FIGUEIREDO, D. ; CERQUEIRA, M. ; *Envelhecer em Família*, Ambar, 2004, Pág.9

Figura 6.2. Relação tripolar

Fonte: Elaborado pelo autor

Os Centros de dia proporcionam aos seus utentes além dos serviços de cuidados, a possibilidade de actividades lúdicas e recreativas, que contribuem para o enriquecimento de relações interpessoais dos idosos e a manutenção de níveis de actividade dos mesmos. Desta forma, podem prevenir-se situações de isolamento e solidão. O objectivo do Centro de Dia não será substituir a família, mas colaborar com esta. A relação tripolar visa responder às necessidades sentidas pelos idosos melhorando a sua qualidade de vida. Assim, entendemos que estes serviços são mais um complemento ao apoio prestado pela família ao seu idoso, atendendo às dificuldades de resposta do agregado familiar no seu dia-a-dia.

Os Centros de Dia procuram: i) contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos idosos, prestando nomeadamente apoio ao nível psico-social; ii) ajudar os idosos a aceitar e contornar os seus próprios condicionalismos; e, como já foi referido, iii) fomentar as relações interpessoais dos idosos.

Para prosseguir os seus objectivos são prestados diversos tipos de cuidados. Desde cuidados alimentares, preparando refeições orientadas para as dietas dos utentes; cuidados de higiene pessoal, apoiando no banho ou substituição de fraldas, por exemplo; cuidados técnicos, gerindo a correcta administração da medicação prescrita; cuidados sociais, realizando actividades lúdicas e recreativas; e, cuidados afectivos, manifestando apoio emocional e atenção.

Os centros de convívio têm os mesmos objectivos dos Centros de Dia. Todavia, a sua vocação é a ocupação dos tempos livres dos idosos. Apresentam-se como unidades de apoio sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas pelos idosos de uma comunidade.

Pelo tipo de apoio que prestam e pela sua própria vocação, estes Centros são direccionados a uma população com menos dependência física e económica.

Os Centros de Noite asseguram o acolhimento nocturno de pessoas, dando prioridade a idosos com autonomia mas, a necessitar de acompanhamento. Os seus serviços de suporte procuram contribuir para diminuir os sentimentos de solidão, isolamento ou insegurança.

Conforme as infraestruturas e equipamentos destes Centros, os idosos podem ter acesso a duas refeições, a ceia à noite o pequeno-almoço de manhã, acesso a balneários para a sua higiene pessoal ou transporte de ou para casa. Surgem então como alternativa à institucionalização do utente num Lar.

Os Lares⁵⁷ por sua vez surgem perante a necessidade de institucionalização do idoso. Nestes casos as pessoas estão numa situação de maior dependência, provisionando os Lares, equipamento de alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente.

Segundo Pimentel⁵⁸, a institucionalização do idoso num Lar é evitada pela família sendo, apenas considerada como a última alternativa. A preocupação é notória por parte das famílias procurando soluções que permitam a permanência do idoso junto de si. Nesse sentido, realça-se uma vez mais, a importância dos Centros de Dia.

No entanto, nem todas as famílias têm condições económicas e habitacionais que permitam apoiar o seu familiar idoso. Existem outros factores como a conflituosidade das relações familiares e/ou divergência de interesses, a ausência de interesse por parte da família, ou ainda, a capacidade dos familiares em contornar as incapacidades decorrentes do envelhecimento ou doença do idoso. Daí resulta a importância dos profissionais e valências dos Lares.

⁵⁷ Sempre que se falar de Lar neste texto, estaremos a referir-nos a Lares para idosos. Caso nos referirmos a outro tipo de Lar seremos explícitos na sequência.

⁵⁸ PIMENTEL, M.L., *O lugar do idoso na família: contexto e trajectórias*, Quarteto, Coimbra, 2001.

Os Lares têm como objectivos i) assegurar alojamento temporário ou permanente do idoso; ii) prestar cuidados e apoios adequados às necessidades do indivíduo idoso; iii) assegurar a satisfação das necessidades básicas dos idosos; e, por fim, iv) contribuir para o estreitamento das relações entre o idoso e sua família.

À semelhança dos Centros de Dia, os Lares procuram assegurar os cuidados relativos à alimentação, higiene pessoal e tratamento roupa, dinamização social e apoio psico-social.

Quando o idoso tem necessidade de apoio, temporário ou permanente, que decorre por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não tendo assim condições de assegurar as suas necessidades básicas, poderá solicitar o Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.).

Este serviço surge como resposta social à necessidade do idoso ou família, de cuidados personalizados no domicílio. Os objectivos prosseguidos pelos S.A.D. são direccionados para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e famílias, para os cuidados de ordem física, psico-social e de saúde dos idosos no seu domicílio e, finalmente, contribuir para a redução do isolamento dos idosos bem como a redução da sua incapacidade física e mental.

Além dos serviços de suporte institucional apresentados, existem ainda outras unidades com menor expressão como as Residências constituídas por apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com mais de 60 anos que possuam mais autonomia e capacidade para tratar de si e de sua habitação. Os objectivos das Residências são proporcionar condições de habitação favorecendo a autonomia dos idosos e permitir a inserção social e participação dos idosos na comunidade; as unidades de Acolhimento Familiar ao Idoso (A.F.I.) que visam a integração da pessoa idosa, temporária ou permanente, em famílias. Propiciam ao idoso um ambiente sócio-familiar, o apoio à satisfação das suas necessidades básicas e respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade; as unidades de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (A.T.E.I.) que consistem no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social. Sendo um serviço de apoio temporário procura encaminhar o indivíduo, mediante a especificidade da situação, para a sua família ou para outra unidade de resposta social com carácter permanente; por fim, as Unidades de Apoio

Integrado (U.A.I) e Unidades de Apoio Domiciliário Integrado (U.A.D.I.). Enquanto as primeiras, são centros que procuram fornecer serviços de cuidados multidisciplinares 24 horas, que não possam ser prestados no domicílio dos indivíduos, as segundas, tem o objectivo de prestar serviços médicos e de enfermagem no domicílio do idoso promovendo o auto-cuidado.

6.2.2. Redes de suporte informal

Identifica-se como rede de suporte informal ou rede natural de ajuda, o conjunto de pessoas que prestam apoio - não institucional - ao idoso. Fazem parte desta rede a família, os vizinhos e os amigos.

A figura de cuidador informal, à semelhança do cuidador formal, procura responder às necessidades quotidianas do idoso concedendo-lhe maior autonomia e bem-estar. É designado como sendo o profissional que presta cuidados ao utente sem que para isso tenha alguma contrapartida financeira⁵⁹.

A rede de suporte informal ou natural de ajuda, através dos cuidadores já identificados, assume especial importância pelas relações de proximidade que os cuidadores têm com o idoso. Consta-se, inclusivamente, que perante a necessidade, o idoso procura tendencialmente ajuda junto da família ou alguém que lhe seja próximo com quem se relacione, normalmente, amigos ou vizinhos.

Os cuidados prestados pela rede informal caracterizam-se pela “(...) *dimensão afectiva e cultural* (...)”⁶⁰, e desenvolvem-se em dois domínios⁶¹:

- a) Apoio instrumental – orientado para as necessidades do idoso perante a ausência de autonomia física, temporária ou permanente, deste;
- b) Apoio psicológico – orientado para a satisfação da vida quotidiana e bem-estar psicológico.

Figueiredo⁶², refere que a prestação de cuidados é raramente partilhada, sendo a família quem, normalmente, assume a maioria dos cuidados ao idoso dependente. Existe ainda dentro da própria família um cuidador principal que assume a maior parte do apoio.

⁵⁹ SOUSA, L. ; FIGUEIREDO, D. ; CERQUEIRA, M. ; *Envelhecer em Família*, Ambar, 2004, Pág. 70.

⁶⁰ IMAGINÁRIO, C., *O idoso dependente em contexto familiar*, Formasau, 2004, Pág. 78, citando Rebelo, 1996, Pág. 27.

⁶¹ Idem, Ibidem.

É com naturalidade que, entre os cuidadores pertencentes à rede informal, a família mereça maior destaque. Seja pela relação de proximidade com o idoso, seja pelos períodos mais longos que prestam o seu apoio ou, ainda, por serem eles que prestam mais tipos de cuidados.

É importante referir que o termo família tem evoluído ao longo dos tempos, sendo apresentado por diversos autores com significado diferente. Interessa para esta análise, de forma simplificada, assumir que o conceito de família compreende, actualmente, as famílias tradicionais (família constituída por pai e mãe ou pai, mãe e descendentes) e as famílias não tradicionais (família monoparental, recomposta ou mesmo sexo).

Da mesma forma que o conceito foi evoluindo também as suas estruturas, valores e funções se alteraram.

No que diz respeito às estruturas das famílias verifica-se que estas são tendencialmente menos numerosas. Os casais optam por ter menos filhos. No cerne desta questão estão os factores económicos e a opção de carreira de ambos os progenitores. Por outro lado, o aumento da esperança média de vida conduz a uma maior percentagem de famílias pós-parentais. As famílias monoparentais e as famílias recompostas registaram, igualmente, um crescimento⁶³.

Apesar de se verificar que as famílias tradicionais são a maioria em Portugal, constata-se um aumento da coabitação informal bem como uma diminuição de casamentos, um aumento dos divórcios e o aumento dos filhos nascidos fora do casamento.

Segundo Imaginário⁶⁴, “... o mundo contemporâneo favorece o modelo familiar que dá primazia ao imediato, à satisfação dos momentâneos prazeres da vida, perdendo-se em consequência, sentido os compromissos definitivos, tornando-se a família uma estrutura instável”.

As mudanças ocorridas nas estruturas familiares levaram, na perspectiva de Imaginário, a alterações de muitas das funções que eram asseguradas tradicionalmente pelas famílias. Sendo que essas funções foram, gradualmente, asseguradas por serviços

⁶² SOUSA, L. ; FIGUEIREDO, D. ; CERQUEIRA, M. ; *Envelhecer em Família*, Ambar, 2004, Pág. 70.

⁶³ Censos 2001.

⁶⁴ IMAGINÁRIO, C., *O idoso dependente em contexto familiar*, Formasau, 2004, Pág. 65.

públicos e privados que foram surgindo para colmatar essas necessidades. Todavia, são atribuídas às famílias nos nossos dias tarefas específicas, “(...) *funções vitais que outros grupos não podem desenvolver de uma forma eficaz*”⁶⁵.

Desta forma, destacamos algumas funções apresentadas por Imaginário, para melhor compreender a importância deste grupo na rede de suporte informal⁶⁶.

- i. A família tem como importante função procurar defender e proporcionar apoio emocional e segurança aos seus membros;
- ii. Tem responsabilidade no processo de socialização e na educação dos seus membros;
- iii. É importante na dimensão afectiva, na compreensão e companheirismo dos seus membros;
- iv. Assume uma função directamente relacionada com a saúde dos seus membros, procurando o bem-estar de cada um; e, por último, mas assaz importante para a nossa abordagem ao tema em estudo,
- v. A função de suporte aos membros com mais idade da família.

Efectivamente, a família é um núcleo privilegiado de suporte para o idoso, dada a proximidade e afecto existente. Esta é um centro de solidariedade intergeracional e intrageracional “ (...) *que nenhuma outra instituição pode substituir*”⁶⁷.

Como foi mencionado no princípio deste capítulo, a rede de suporte informal ou rede natural de ajuda, é constituída pela família, vizinhos e amigos. Estes últimos, embora menos importantes que a rede familiar, são pessoas que têm uma relação de grande proximidade e, que por essa razão, se tornam importantes na vida quotidiana do idoso.

Assim sendo, são considerados como cuidadores informais secundários. Prestam menos apoio que os cuidadores informais principais, normalmente, cuidados complementares. Ainda assim, constituem uma importante fonte de suporte diário.

Estes cuidadores motivados pela sua vontade e espontaneidade – diferente da obrigação por vezes associada à prestação de cuidados pela família – prestam cuidados

⁶⁵ Idem, pág.71, citando Revilla, 1994, pág. 8.

⁶⁶ Idem, Ibidem.

⁶⁷ Idem, pág. 72, referindo-se à contribuição da família na prestação de apoio ao idoso.

principalmente no domínio do apoio psicológico, embora também possam prestar algum apoio instrumental.

Contudo a descaracterização da sociedade promovida cada vez mais pelo individualismo e pelas relações breves e impessoais, conduz à dificuldade de “ (...) *manter e reproduzir modos de vida associados a formas de solidariedade*”⁶⁸.

Esta tendência é, ainda, contrariada em determinados meios pequenos (zonas rurais, bairros citadinos, por exemplo), onde a rede de vizinhança assume especial importância no apoio aos idosos, devido à proximidade que existe.

6.3. Desafios à integração e transformação de mentalidades

O fenómeno do envelhecimento demográfico gera necessidades reais de diversos tipos de cuidados. No ponto 6.2., foi feita uma breve descrição da importância das redes de suporte formais e informais nos cuidados que prestam, relacionando-os com o aumento da autonomia e qualidade de vida dos seus idosos.

Neste ponto, porém, iremos procurar referir e reflectir sobre outros aspectos que importam discutir quando falamos no envelhecimento numa perspectiva social.

A forma como as pessoas idosas vivem a sua velhice depende, em larga medida, da forma como a própria sociedade pensa e age perante este grupo populacional. Se a sociedade se ocupar e elevar apenas determinadas características nas pessoas como a juventude, a beleza e disponibilidade física, então um idoso nesta sociedade vai se sentir rejeitado e excluído, vai ter preconceitos e tenderá a isolar-se.

O envelhecimento é considerado para a Biologia, como um fenómeno natural, universal e necessário. Todavia, não se pode considerar um processo de envelhecimento de um indivíduo como algo rígido e pré-programado. Existem outros factores que tornam este processo diferenciado e não uniforme para todos os indivíduos.

Pimentel afirma no seu texto que a “ (...) *forma como se envelhece e a maior ou menor valorização que é dada a esse processo depende mais das sociedades humanas do que da Natureza*”⁶⁹.

⁶⁸ PIMENTEL, M.L., *O lugar do idoso na família: contexto e trajetórias*, Quarteto, Coimbra, 2001, Pág.48.

O modo como temos vindo a envelhecer ao longo dos tempos, tem sido diferente consoante a época, o modo de vida, a cultura, os meios científicos, e outros factores.

Segundo Pimentel⁷⁰, embora não seja consensual, escreve-se que o estatuto social do idoso nas sociedades pré-industriais era de maior relevo, justificado pela “*reconhecida sabedoria e prudência*”. Desta forma, o idoso ocupava cargos importantes na sua comunidade, era respeitado e apoiado no seio da sua família onde a “*hierarquia de papéis*” se confundia “*frequentemente com uma empresa ou unidade produtiva*”.

Por outro lado, em sociedades mais recentes onde se enaltece “*a beleza, a vitalidade a juventude ou o materialismo, a velhice é sinónimo de incapacidade e rejeição*”.

O valor que se atribuí à velhice é, portanto, resultado das necessidades e preferências que a sociedade tem em determinado momento⁷¹.

Se do ponto de vista social, a sociedade não é capaz de alterar as suas necessidades e preferências, de forma a limitar preconceitos e atitudes mais hostis com este grupo populacional, proporcionando assim um dia a dia mais harmonioso, reflectindo-se na inclusão em vez de exclusão, perguntamo-nos se a sociedade estará preparada para mudar a sua atitude, as suas preferências, face às necessidades económicas futuras⁷².

No plano económico, por exemplo, teremos que considerar os efeitos conjugados do aumento de reformados a financiar pelo estado e a redução de pessoas em idade activa. Discute-se, o aumento da idade de reforma. Mas o aumento por si só da idade de reforma não resolve o problema. É necessário criar condições para uma carreira profissional associada a uma formação contínua, que facilite a mudança do posto de trabalho num momento da vida do indivíduo cujas especificidades das suas funções não permitam a sua continuidade. É necessário alterar mentalidades dos empregadores e também dos trabalhadores.

É necessário promover, acima de tudo, o envelhecimento activo. É necessário que a população idosa e a sociedade envolvente se compreendam, se ajudem, que eliminem os

⁶⁹ Idem, Pág. 53.

⁷⁰ Idem, Pág. 55.

⁷¹ Idem, Pág. 55, citando Cabrillo e Cachafeiro, 1992.

⁷² De referir que as necessidades são hoje uma realidade, embora venham a ser ainda mais relevantes no futuro. Este tema irá ser tratado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

preconceitos e mitos de improdutividade ou de incapacidade de um grupo populacional que mais cedo ou mais tarde irá ser o seu.

Oliveira⁷³, realça nesse sentido a criação de programas intergeracionais que visem a modificação da imagem e do conceito que os jovens têm em relação à população idosa, através da promoção de maior contacto entre as duas populações.

Em suma, propusemos neste ponto uma breve reflexão ao leitor sobre os desafios que temos que levar a efeito para uma melhor e necessária integração de um grupo populacional.

6.3. Resumo

A possibilidade das projecções demográficas, anunciadas no terceiro capítulo, se virem a verificar, leva-nos a considerar o impacto que essas alterações na população terão na nossa sociedade.

Devido ao maior número esperado de idosos no futuro, haverá uma maior necessidade de unidades de suporte. A rede de suporte formal ou institucional configura-se num conjunto de serviços e equipamentos de apoio à população idosa, como são exemplo, os Centros de Dia, os Lares, os Centros de Convívio ou os Serviços de Apoio Domiciliário.

Todavia, a prestação de cuidados não é nem será exclusiva de instituições. Também a família, amigos e vizinhos têm e terão um papel importante. Estes configuram a rede de suporte informal ou natural de ajuda, que devido à sua proximidade com o idoso adquirem especial importância.

É importante referir que o impacto na sociedade do envelhecimento não se esgota na necessidade de mais serviços de apoio aos elementos mais velhos. Este fenómeno conduz-nos à necessidade de criação de mais instituições com essas valências, novos mercados, novos empregos; conduz-nos à alteração das estruturas familiares, onde poderão constar elementos de diferentes gerações com especificidades e interesses próprios; será necessário promover o envelhecimento activo, para que os indivíduos mais velhos possam ser vistos pela sociedade como elementos activos com capacidade

⁷³ OLIVEIRA, J.H, Psicologia do envelhecimento e do idoso, Legis Editora, 2005, Pág. 26.

de produzir e acrescentar valor, mas também aproveitar as sinergias entre a pujança e irreverência da juventude com a experiência e serenidade da idade.

Com este capítulo, procuramos alertar o leitor para a importância das redes de suporte numa sociedade envelhecida e propor uma breve reflexão sobre a forma como vemos a velhice e como queremos no futuro agir sobre o tema.

PARTE III. O FENÓMENO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM PORTUGAL

Capítulo 7. Algumas decorrências económicas do envelhecimento

7.1. Introdução

No presente capítulo procuramos abordar algumas consequências económicas decorrentes do processo de envelhecimento demográfico. Conscientes da diversidade das mesmas e na sequência do que já foi apresentado ao longo do texto, vamos restringir a nossa análise aos impactos directos e indirectos na economia que achamos mais relevantes no contexto do trabalho.

Começamos por abordar os impactos indirectos, fazendo uma análise ao impacto do envelhecimento no Sistema Nacional de Segurança Social. As alterações demográficas colocam grande pressão na sustentabilidade do sistema, principalmente, considerando os efeitos conjugados da diminuição da população activa com o aumento do número de pensionistas.

Posteriormente, passamos à apresentação da reforma da segurança social. O Governo e os Parceiros Sociais unem esforços no sentido de procurar as melhores soluções para o futuro da segurança social. De forma sucinta, procuramos indicar o que se tem feito e quais os resultados estimados das acções levadas a efeito.

No que diz respeito aos impactos directos do envelhecimento na economia, começamos por apresentar um tema incontornável: a Despesa Pública. Vamos abordar inicialmente a despesa de forma agregada, passando para uma análise mais fina da despesa pública (Pensões, Saúde, Cuidados Prolongados, Prestações de Desemprego e Educação).

Finalizamos o capítulo com uma abordagem ao impacto no Mercado de Trabalho, na Produtividade e no Crescimento Económico. Neste ponto, resolvemos tratar de forma agregada os diversos impactos em cada um dos temas porque entendemos que os impactos eram, por vezes, causa e efeito entre os diversos temas. Desta forma, sem perder rigor, achamos existir um benefício claro no tratamento conjunto.

7.2. Impacto no Sistema Nacional de Segurança Social

O Sistema Nacional de Segurança Social português enfrenta hoje, como a maioria dos membros da União Europeia, o importante desafio da sua sustentabilidade.

Este desafio é, essencialmente, aguçado pelas projecções demográficas para Portugal que apontam para o crescente envelhecimento da população, e, consequentemente, o aumento do peso da despesa com pensões devido, por um lado, ao aumento do número de pensionistas e, por outro, ao período mais alargado que os pensionistas beneficiam da sua pensão derivado do aumento da esperança média de vida. A pressão da sustentabilidade surge ainda pelo lado das receitas. A diminuição da população activa reduz o valor das contribuições reduzindo, por ordem de ideias, as receitas.

Também as alterações no mercado de trabalho e as formas de organização do trabalho implicam uma maior disponibilidade do nosso sistema, no sentido de apoiar os trabalhadores com vínculos laborais precários ou muito flexíveis. É, normalmente, em situações de desemprego inesperado ou de transição que os trabalhadores necessitam de protecção.

Perante esta realidade, os países da União Europeia onde se inclui Portugal, têm reunido esforços no desenvolvimento de estratégias capazes de promover a sustentabilidade dos seus sistemas de protecção social, que são activos importantes num Estado bem-estar. Para conseguir atingir esse objectivo, são essenciais as acções que visam o reforço e crescimento económico e as necessárias alterações ao sistema de segurança social.

7.2.1. A Reforma da Segurança Social⁷⁴

No sentido de contrariar o desequilíbrio do sistema e reconhecendo a necessidade emergente de alterações, o Governo e os Parceiros Sociais acordaram, em 10 de Outubro de 2006, um pacote de medidas que visam reforçar a estrutura do sistema da segurança social e a sustentabilidade social, económica e financeira.

⁷⁴ CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Comissão Permanente de Concertação Social, *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social*, 2006.

Os actores referidos propuseram uma linha estratégica com vista a fortalecer o Sistema de Protecção Social e a torná-lo mais coerente. Nesse sentido, o acordo tinha três eixos principais:

- a) A protecção básica da cidadania, de natureza solidária;
- b) A estruturação de um regime de natureza contributiva, com contribuições dos trabalhadores e empregadores;
- c) A necessidade de constituição de poupanças complementares.

Dentro desta linha de acção, o acordo celebrado pelo Governo e Parceiros Sociais, tinha 18 pontos:

1. *Introdução de um factor de Sustentabilidade ligado à Esperança de Vida no cálculo das futuras pensões;*
2. *Aceleração da Transição para a Nova Fórmula de Cálculo das Pensões;*
3. *Protecção das Longas Carreiras Contributivas;*
4. *Um novo Indexante para os Apoios Públicos e Novas Regras para a Indexação e Actualização das Pensões;*
5. *Introdução de um princípio de limitação às pensões mais altas;*
6. *Promoção do Envelhecimento Activo;*
7. *Convergência dos regimes de protecção social;*
8. *Uma melhor Protecção Social, mais ajustada à nova realidade social;*
9. *Modelo de Financiamento da Segurança Social;*
10. *Reforço do Combate à Evasão e Cobrança da Dívida à Segurança Social;*
11. *Aprovação de um Código Contributivo e Revisão dos Regimes Especiais;*
12. *Regime dos Trabalhadores Independentes;*
13. *Profissões de Desgaste Rápido;*

- 14. Desenvolvimento de Regimes Complementares;*
- 15. Incentivos à Natalidade;*
- 16. Organização do Sistema;*
- 17. Participação dos Parceiros Sociais na Gestão da Segurança Social;*
- 18. Acompanhamento do Acordo.*

Entre os pontos referidos, do ponto de vista do impacto no saldo do Subsistema Previdencial, o acordo sobre a segurança social continha as seguintes medidas:

- Factor da Sustentabilidade⁷⁵;
- Antecipação da nova fórmula de Cálculo das Pensões;
- Indexante, Regra da Actualização e Limitação das Pensões⁷⁶;
- Envelhecimento Activo;
- Recalibragem das Prestações (Subsídio de desemprego)⁷⁷;
- Adequação Selectiva e Diversificação Fontes de Financiamento;
- Melhoria da Eficiência Contributiva.

Este conjunto de medidas visava promover a sustentabilidade e a consolidação a longo prazo das finanças públicas, procurando desafiar a inércia e a tendência de grandes desequilíbrios orçamentais, somados a aumentos substanciais das despesas decorrentes do envelhecimento.

⁷⁵ Esta medida consiste na aplicação de um factor a todas as pensões requeridas a partir do início do ano de 2008, de forma a considerar os efeitos da esperança média de vida.

$$Pensão \times \left(\frac{EMV_{2006}}{EMV_{ano\ i-1}} \right), \text{ onde EMV é a esperança média de vida aos 65 anos.}$$

⁷⁶ Esta medida substitui o Salário Mínimo Nacional, enquanto referencial de actualização e cálculo das prestações sociais, por um novo Indexante de Apoios Sociais (IAS). Desta forma o aumento anual das pensões dependerá do escalão das pensões (relativo ao IAS), da evolução verificada do PIB e do Índice de Preços ao Consumidor (verificado).

⁷⁷ Consiste na revisão do regime jurídico da protecção do desemprego, com vista ao reforço do combate à fraude e utilização abusiva da prestação de desemprego.

No mesmo ano, uma Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias⁷⁸, avaliava Portugal com um dos Estados-Membros de risco alto. Este grupo de países caracterizava-se pelo elevado aumento das despesas em consequência da evolução demográfica no longo prazo.

Contudo, a introdução das medidas acima vieram contrariar as projecções do cenário base (cenário que não considera a actuação do Governo), traçando um cenário menos grave⁷⁹.

Se analisarmos as projecções do Ministério do Trabalho e da Segurança Social⁸⁰, verificamos que o impacto das medidas na despesa é positivo.

Tabela 7.1. Impacto no Saldo do Subsistema Previdencial - Diferença em p.p. do PIB face ao Cenário Base

Medidas	2006	2010	2020	2030	2040	2050
Factor de Sustentabilidade	0,0	0,0	-0,3	-0,7	-1,2	-1,5
Antecipação da Nova Fórmula	0,0	0,0	-0,3	-0,6	-0,5	-0,2
Indexante, Regra de Actualização e Limitação das Pensões	0,0	0,0	-0,1	-0,2	-0,2	-0,2
Envelhecimento Activo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recalibragem das Prestações (Subsídio de Desemprego)	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Adequação Selectiva e Diversificação Fontes de Financiamento	0,0	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5
Melhoria da Eficiência Contributiva	-0,1	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Efeito Total das Medidas	-0,1	-0,9	-1,6	-2,3	-2,7	-2,8

Fonte: Ministério da Segurança Social, 2006

Podemos analisar na tabela 7.1. o impacto no saldo do subsistema Previdencial, a diferença do cenário que considera as medidas levadas a efeito em relação ao cenário base, em pontos percentuais do PIB.

Verificamos que, em 2050, a diferença no PIB, considerando o efeito total das medidas, é de -2,8 pontos percentuais. A medida que mais contribuiu para esta diferença foi a do Factor de Sustentabilidade. Esta medida tem por base a implicação que a longevidade

⁷⁸ COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS, *“O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade”*, 2006.

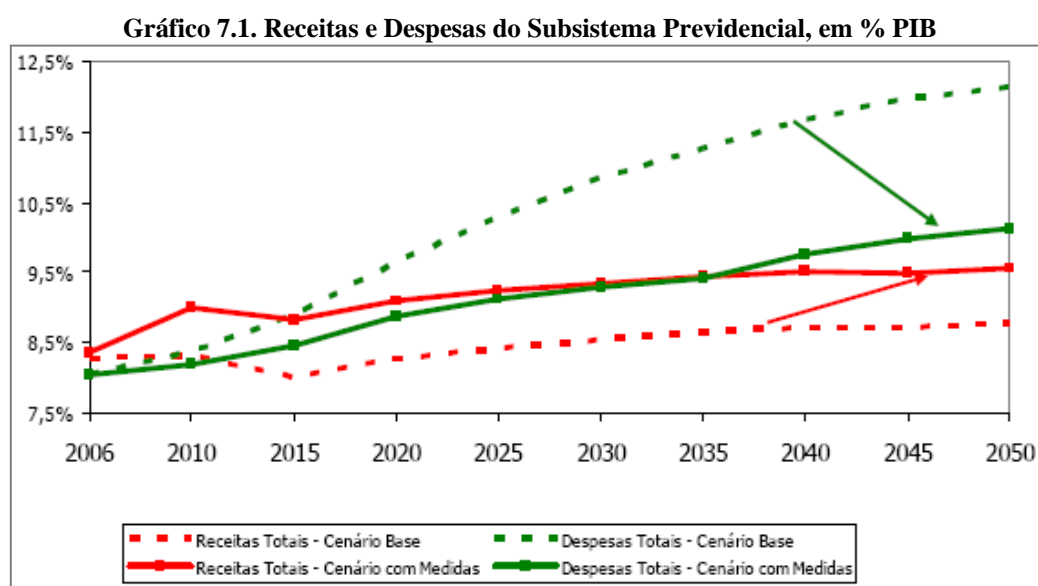
⁷⁹ A Comissão das Comunidades Europeias em 2009 reviu em baixa o impacto orçamental do envelhecimento comparando com as suas projecções em 2006, reflectindo os efeitos das medidas reformadoras.

⁸⁰ MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL, *“Anexo ao Acordo sobre a Reforma da Segurança Social – Impacte das Medidas”*, 2006.

dos indivíduos tem no sistema de segurança social, pelo que foi acordada uma nova fórmula que resulta do rácio entre a esperança média de vida verificada em 2006 e a que se verificar no ano anterior ao requerimento da pensão.

Ao compararmos os dois cenários novamente, mas desta vez com enfoque nas receitas e despesas do subsistema em percentagem do PIB, verificamos que o cenário com medidas conjuga uma diminuição considerável das despesas totais em 2050 com um aumento das receitas totais.

O gráfico 7.1. ilustra essas diferenças nas projecções para os dois cenários.



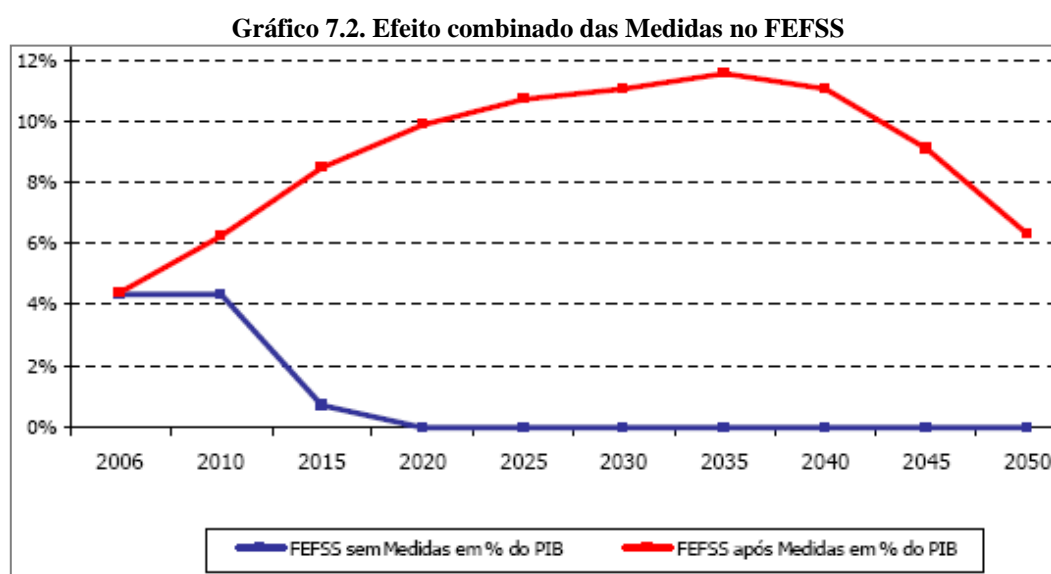
Fonte: Ministério da Segurança Social, 2006

Segundo as projecções, se nada fosse feito, o subsistema previdencial teria um problema impulsionado pelas duas variáveis despesas e receitas. Por um lado, quando comparado com o cenário com medidas, as receitas seriam escassas, quase menos 1% do PIB. Por outro, as despesas teriam um peso muito superior em percentagem do produto interno bruto.

Ainda no contexto das medidas acordadas na Reforma da Segurança Social, o Ministério da Segurança Social apresentou os resultados do efeito combinado das mesmas no Fundo de Estabilização Financeiro da Segurança Social (FEFSS)⁸¹.

As projecções do Ministério da Segurança Social apontam para um efeito positivo das medidas no Fundo de Estabilização Financeiro da Segurança Social.

O gráfico 7.2. ilustra as projecções do Fundo de Estabilização Financeiro da Segurança Social em percentagem do PIB, até ao ano 2050, considerando o cenário base e o cenário com medidas.



Fonte: Ministério da Segurança Social, 2006

Admitindo a concretização dos pressupostos macroeconómicos, demográficos e outros, subjacentes às projecções do Ministério da Segurança Social, concluímos que o efeito combinado das medidas no Fundo de Estabilização Financeiro da Segurança Social é positivo, e que se nada fosse feito, o FEFSS se esgotaria, aproximadamente, em 2020.

Em suma, assumindo as reservas necessárias que um exercício de projecções obriga, a análise dos resultados permite-nos concluir que as medidas apresentadas poderão ter um importante impacto na redução dos desequilíbrios da Segurança Social, atenuando assim o efeito do envelhecimento demográfico.

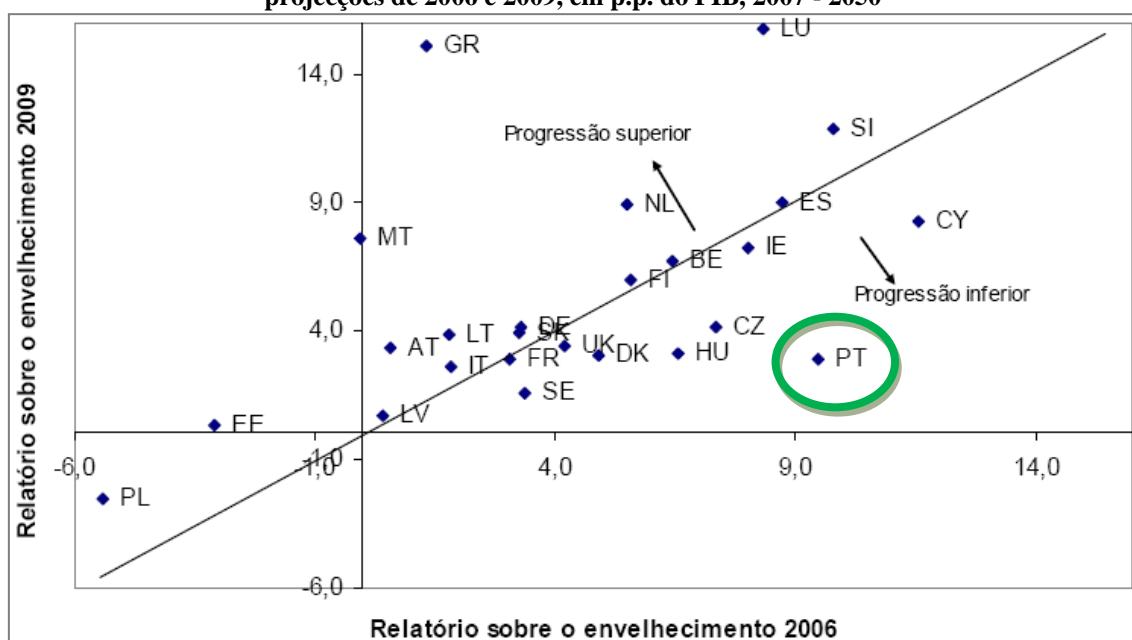
⁸¹ Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 259/89, de 14 de Agosto, tendo como objectivo a estabilização dos saldos do regime geral da segurança social.

7.3. Impacto na Despesa Pública⁸²

Tendo em consideração o envelhecimento demográfico nas próximas décadas, a Comissão Europeia projecta que Portugal, como quase todos os restantes Estados Membros, verificará a necessidade do aumento da despesa pública, directamente, relacionada com o processo de envelhecimento da população.

Como já foi referido neste capítulo as projecções da Comissão Europeia em 2006 colocava Portugal como um dos países com risco alto. As mais recentes projecções⁸³ da mesma entidade revêem em baixa o impacto orçamental do envelhecimento em Portugal, Hungria e República Checa. Para a diminuição do impacto apresentado em 2009 comparando com os resultados de 2006, muito contribuíram as medidas levadas a efeito pelo Governo, nomeadamente, nas que dizem respeito à Reforma do Regime de Pensões.

Gráfico 7.3. Evolução das Despesas relacionadas com o envelhecimento: comparação entre as projecções de 2006 e 2009, em p.p. do PIB, 2007 - 2050



Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 2009

O gráfico 7.3. é particularmente importante para se visualizar a evolução das despesas públicas no período em estudo. Embora estejamos perante projecções, onde as variáveis

⁸² EUROPEAN COMMISSION, "2009 Ageing Report: Economic and Budgetary projections for the EU-27 Member States (2008-2060)", Provisional Version, 2009.

⁸³ Idem, Pág. 23.

poderão sofrer alterações significativas ao longo do período, não deixa de ser notável os resultados projectados que colocam Portugal como o País (entre os países estudados) que maior variação apresentou no sentido da estabilidade da despesa total.

Desta forma, a Comissão Europeia estima que o aumento da despesa pública consequente do envelhecimento será moderado. As projecções apresentadas indicam que as despesas públicas totais relacionadas com o envelhecimento demográfico em Portugal terão, no período de 2007-2060, uma variação na ordem dos 3,4 pontos percentuais do PIB.

7.3.1. Despesa Pública com Pensões

Um das principais consequências económicas do envelhecimento demográfico diz respeito à pressão sobre a despesa pública com pensões. Portugal, como já foi indicado no presente capítulo⁸⁴, encetou um conjunto de medidas de forma a tornar mais sustentável o nosso sistema de segurança social e atenuar o efeito do processo demográfico na despesa com pensões.

As medidas tomadas pelo Governo Português têm objectivos temporais e estratégicos diferenciados. Contudo, procuram contribuir para:

- i) O aumento da taxa de participação dos trabalhadores com mais idade, tendo um duplo efeito, por um lado, incentivam a permanência activa no mercado de trabalho aumentando as contribuições, por outro, diminui a pressão sobre o sistema através do não aumento das prestações de reforma;
- ii) A diminuição do peso gradual das prestações públicas de reforma na provisão global das pensões, através da implementação de um novo Indexante para os Apoios Sociais (IAS) e novas regras para a indexação e actualização das pensões.

Além das medidas tomadas, com objectivos sumariamente identificados em cima, o Governo Português na prossecução da sustentabilidade financeira da segurança social

⁸⁴ Ver ponto 7.2.1.

propôs-se a criar um regime de capitalização de adesão individual e voluntária, cuja organização e gestão será da responsabilidade do Estado.⁸⁵

Segundo as projecções avançadas no Relatório sobre o Envelhecimento Demográfico 2009, pela Comissão das Comunidades Europeias, Portugal apresentará uma variação da despesa pública com pensões, entre 2007 e 2060, de 2,1 pontos percentuais do PIB.

Comparando com as projecções da média dos Países da União Europeia a 27, referimos que a variação da despesa pública com pensões no mesmo período é de 2,4 p.p. do PIB.

7.3.2. Despesa Pública com Cuidados de Saúde

Os cuidados de saúde associados ao envelhecimento da população são outra forte componente da despesa pública total. Apesar da dificuldade em projectar as despesas no longo prazo, devido às incertezas futuras em relação às linhas orientadoras da despesa, à informação disponível que permita a comparabilidade com cenários futuros e à própria complexidade do sistema nacional de saúde, a Comissão Europeia utilizou um modelo para procurar estimar, dadas as limitações da informação, o impacto das alterações demográficas e a evolução de um conjunto de indicadores não demográficos na despesa pública com cuidados de saúde.

De acordo com o cenário de referência – que combina o impacto do envelhecimento demográfico, o melhoramento potencial do estado de saúde e o efeito das alterações no rendimento nacional – a Comissão Europeia estimou que a despesa pública média com cuidados de saúde na UE27 deverá crescer 1,5% do PIB. Já as projecções a um nível mais fino indicam que as despesas dos países deverão registar aumentos diferenciados, desde menos 1% do PIB a mais de 3%.

A projecção para Portugal, no período de 2007-2060, no que diz respeito à variação da despesa pública com cuidados de saúde, directamente relacionada com o envelhecimento demográfico, é de 1,9 p.p. do PIB.

Uma das variáveis que pode fazer variar a despesa futura diz respeito ao estado da saúde. A alteração de modos de vida que privilegiem hábitos saudáveis (o cuidado com

⁸⁵ Decreto-Lei n.º 26/2008 de 22 de Fevereiro.

a alimentação, o aumento de actividade física e a redução de comportamentos de risco, por exemplo) pode conter a despesa com cuidados de saúde.

O progresso tecnológico associado às áreas da saúde deve ser, igualmente, equacionado. Ainda que no curto prazo o investimento possa gerar um aumento da despesa, no médio e longo prazo a investigação e desenvolvimento de novos tratamentos, métodos de diagnóstico ou acção médica poderá induzir a “poupanças amanhã” superiores ao custo do seu “investimento hoje”.

Segundo a Comissão Europeia, o desenvolvimento de novos métodos e tratamentos podem criar oportunidades de emprego e crescimento.

7.3.3. Despesa Pública com Cuidados Prolongados

O cenário de envelhecimento demográfico assume neste tipo de despesa pública grande relevância. Se é verdade que se espera uma sociedade envelhecida no futuro, em que o grupo etário de 80 e mais anos terá a mais rápida expansão, também é verdade que os cuidados prolongados são muitas vezes dirigidos a este “segmento” da população.

Como foi, brevemente, apresentado no capítulo 6 deste texto, a consideração das redes de cuidados formais e cuidados informais são muito importantes para o idoso, mas também são variáveis importantes na despesa pública e privada.

As redes de cuidados informais, onde se realça a importância das famílias, podem vir a sentir maiores dificuldades na prestação dos cuidados ao seu idoso (principalmente, os mais dependentes) devido, por exemplo, à alteração das estruturas familiares ou ao aumento da participação no mercado de trabalho das mulheres. As redes de cuidados formais surgem, assim, como opção viável. A necessidade de criação de mais instituições e equipamentos de apoio a idosos é já uma realidade. No entanto, no futuro a necessidade será certamente superior devido à crescente procura.

A despesa projectada pela Comissão Europeia para 2060, de cuidados prolongados foi de 0,1 p.p. do PIB Português. Já a média dos 27 Estados Membros foi de 1,1.

7.3.4. Despesa Pública com as Prestações de Desemprego

A despesa pública com as prestações de desemprego relacionadas com o processo de envelhecimento não apresenta diferenças significativas, assumindo que o desemprego estrutural se mantém inalterado face às alterações demográficas. Ainda assim, as projecções da Comissão Europeia apontam para um decréscimo até 2060 na ordem dos 0,4 p.p. do PIB, em Portugal.

7.3.5. Despesa Pública com a Educação

A projecção para 2060 desta despesa em Portugal aponta para um decréscimo de 0,3 p.p. do PIB. Contudo, o investimento no capital humano, a criação de incentivos à aprendizagem ao longo da vida e a aposta na qualidade da formação serão cruciais para o aumento da produtividade no futuro. A projecção da Comissão Europeia considera apenas as alterações demográficas pelo que, no futuro, esta poderá ser revista em alta.

7.4. Impacto no Mercado de Trabalho, na Produtividade e no Crescimento Económico

O envelhecimento da população terá como consequência a diminuição da população activa já a partir da próxima década, e, implicará ajustamentos no mercado de trabalho, na produtividade e no crescimento económico.

Segundo a Comissão Europeia⁸⁶, no curto prazo, esse decréscimo pode ser compensado através da conjugação de políticas de emprego com o aumento das taxas de participação no mercado de trabalho, principalmente, através do aumento das taxas de emprego das mulheres mas também dos trabalhadores mais velhos. Contudo, a longo prazo, a mudança demográfica não permitirá atenuar a diminuição da população activa.

As recentes estatísticas⁸⁷ publicadas pela Comissão Europeia apontam para um aumento generalizado nos Estados Membros da UE27 das taxas de participação no mercado de trabalho, dos 70,6% verificados em 2007 para 74,1% projectados para 2060. Em Portugal espera-se, para o mesmo período, um aumento na ordem dos 2 pontos

⁸⁶ COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS, *“O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade”*, 2006.

⁸⁷ EUROPEAN COMMISSION, *“2009 Ageing Report: Economic and Budgetary projections for the EU-27 Member States (2008-2060)”*, Provisional Version, 2009.

percentuais. Ao analisarmos as taxas de participação por género, verificamos um grande aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e uma ligeira diminuição da participação dos homens, no período em estudo. Também a taxa de participação dos trabalhadores mais velhos deverá aumentar consideravelmente, em resultado das políticas destinadas a este grupo etário, nomeadamente, as políticas que privilegiam o prolongamento da vida profissional.

Contudo, no mesmo relatório, projecta-se uma diminuição do nível de emprego até 2060. Com o aumento esperado das taxas de participação e fluxo migratórios positivos, essa queda só é atenuada pela diminuição da população activa.

A taxa de crescimento económico em Portugal deverá diminuir com o envelhecimento da população, devido sobretudo à diminuição da população activa. O relatório da Comissão Europeia indica que o PIBpc deverá crescer no período 2007-2020 e, posteriormente, no período 2021-2040. No entanto, o período que se segue até 2060 será de forte abrandamento. Esta será aliás a tendência da maioria dos Estados Membros.

Como já foi indicado, o aumento da média de idades da força de trabalho será uma realidade no futuro, pelo que os trabalhadores mais velhos representarão um importante recurso na produção económica. No capítulo 3, discutimos a necessidade de políticas de incentivo ao prolongamento da vida activa, da importância da aprendizagem ao longo da vida, da formação dos trabalhadores mais velhos, a melhor gestão de carreiras e não discriminação dos trabalhadores com mais idade.

Como é referido pela Comissão Europeia⁸⁸, “(...) os elementos disponíveis não sugerem que os trabalhadores mais velhos sejam necessariamente menos produtivos e menos inovadores.”

Devemos referir que os futuros trabalhadores mais velhos beneficiarão de níveis de qualificação superiores e estarão mais habituados à mudança, devido à necessidade de constante flexibilidade e adaptação requerida ao longo da sua carreira. A sua experiência profissional acumulada é outro factor importante a considerar, para além de

⁸⁸ COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS, “O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade”, 2006, Pág.6.

o conhecimento das novas tecnologias deixarem de ser vistas como uma ameaça e passarem a ser uma ferramenta importante de trabalho.

Por outro lado, a diminuição da população activa nas classes etárias mais jovens, não serão garantia de fácil acesso ao mercado de trabalho. É necessário apostar na formação com qualidade e dirigida às necessidades do mercado, evitando a concentração em áreas com pouca procura dos empregadores. O desenvolvimento do capital humano deverá ser visto como uma necessidade constante para assegurar taxas de empregabilidade e produtividade elevadas.

As projecções da Comissão Europeia⁸⁹, para Portugal, indicam um aumento da taxa média anual da produtividade, no período de 2007-2020, perto dos 2%. No período seguinte (2021-2040) Portugal continua ter aumentos de produtividade (acima dos 2%). No entanto, no período 2041-2060, a taxa média anual de crescimento da produtividade, deverá situar-se abaixo de 1,5%.

7.6. Resumo

O fenómeno do envelhecimento demográfico tem implicações económicas a vários níveis, que interessa compreender e actuar de forma a atenuar os seus efeitos menos positivos.

Motivada pela forte pressão do processo demográfico, a reforma da segurança social teve como objectivo criar condições de sustentabilidade do sistema. Segundo projecções do Ministério da Segurança Social, o efeito conjugado das medidas terá um efeito positivo crescente até à maturidade no estudo (2050).

Comparando o cenário base (sem medidas) e o cenário com medidas, podemos concluir pelas mesmas projecções, que as medidas terão um efeito de diminuição das despesas e aumento das receitas.

A Comissão Europeia no seu mais recente relatório sobre o impacto orçamental do envelhecimento (2009) reviu em baixa as suas projecções de 2006, que colocavam

⁸⁹ EUROPEAN COMMISSION, "2009 Ageing Report: Economic and Budgetary projections for the EU-27 Member States (2008-2060)", Provisional Version, 2009.

Portugal como um dos países com risco alto. As projecções de 2009 apontam para um efeito positivo das medidas tomadas pelo Governo Português.

O envelhecimento da população e consequente diminuição da população activa terá impactos no mercado de trabalho, nas taxas de produtividade e no crescimento económico. O aumento das taxas de participação das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, a aprendizagem ao longo da vida e a qualidade “estratégica” da formação será muito importante para atenuar o efeito negativo do processo demográfico.

Capítulo 8. Conclusão geral

No decurso do presente texto tivemos oportunidade de enunciar algumas considerações sobre os temas que analisámos. Justifica-se, contudo, que façamos neste momento uma análise sintetizada dos principais aspectos conclusivos do nosso trabalho, assim como uma breve reflexão sobre as suas limitações. Finalizamos propondo alguns temas interessantes para estudos futuros que possam dar sequência ao presente trabalho.

Ao estudarmos a evolução demográfica verificámos que Portugal, à semelhança da maioria dos países europeus, enfrentará na primeira metade do século XXI a um fenómeno de envelhecimento demográfico sem precedentes. Para a validade deste cenário contribuem, principalmente, as baixas taxas de natalidade (diminuição da população jovem, dos 0-14 anos) e o aumento da esperança média de vida (aumento da população idosa com 65 e mais anos).

Embora o envelhecimento demográfico venha a afectar de forma generalizada o espaço europeu, os países irão sentir de forma diferenciada o seu impacto. Internamente, Portugal também sentirá de forma heterogénea as alterações demográficas. Ao analisarmos as taxas médias de crescimento, no período 2010-2050, de cada grupo etário em função do espaço territorial, concluímos que o Alentejo será a região do país mais afectada no que diz respeito à diminuição da população activa enquanto o Algarve será a única região que não verá a sua população decrescer.

Foi perante este cenário de envelhecimento, que no domínio da intervenção pública foram identificadas as linhas estratégicas que procuram dar maior vitalidade à população portuguesa no futuro. As políticas terão como alvos estratégicos a promoção do envelhecimento activo, a promoção da imigração e a criação de incentivos à natalidade. Estas medidas serão importantes para atenuar o envelhecimento populacional, mas não o conseguirão evitar.

Neste contexto, importa reflectir sobre os desafios e oportunidades que estas transformações demográficas colocam a nível económico e social.

O aumento significativo do grupo etário mais envelhecido cria a necessidade de redes sociais de suporte mais abrangentes, nos serviços prestados mas também nos seus limites espaciais. Associado a esta necessidade surgem as oportunidades de emprego e

desenvolvimento de novas actividades económicas, que apenas uma sociedade envelhecida poderá potenciar. O impacto na sociedade deste fenómeno não se esgota porém nas necessidades e potencialidades enunciadas. As estruturas familiares tenderão a alterar-se, sendo cada vez mais comum a sua constituição ter a presença de elementos de diferentes gerações.

Devemos, ainda, realçar a importância do envelhecimento activo para o meio social. Será importante que os indivíduos das classes etárias superiores se sintam parte integrante da nossa sociedade e não um peso para a mesma. Devemos procurar integrar estes elementos na vida activa, e, aproveitar os seus conhecimentos e experiências, proporcionando, assim, um envelhecimento mais autónomo e de melhor qualidade.

Ao nível económico, o envelhecimento coloca grande pressão sobre a sustentabilidade do sistema de segurança social. Para combater o enfraquecimento do sistema, o Governo e os Parceiros Sociais propuseram um conjunto de medidas que visam, por um lado, o aumento das receitas e, por outro, a diminuição das despesas. Segundo projecções do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, para o período 2006-2050, verificamos que as medidas têm um impacto positivo no saldo do subsistema previdencial.

O mais recente relatório da Comissão Europeia, sobre o impacto orçamental do envelhecimento (2009), revê em baixa as estimativas do seu relatório de 2006 que colocava Portugal como um país de risco elevado. Para a alteração do cenário contribuíram as medidas levadas a efeito pelo governo Português. Desta forma, a Comissão considera que o impacto orçamental do envelhecimento será moderado em Portugal.

Para se atenuar o impacto das alterações demográficas no mercado de trabalho, na produtividade e no crescimento económico devem ser tomadas medidas no sentido: i) do aumento da participação das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, através de incentivos ao ingresso, ao reingresso e ao prolongamento da vida activa; ii) da consciencialização da importância da formação, principalmente, em áreas necessárias e estratégicas; iii) da promoção da aprendizagem ao longo da vida; iv) da não discriminação dos trabalhadores mais velhos e imigrantes, através de políticas que incentivem a contratação destes trabalhadores.

Este trabalho baseou-se na recolha, na organização e no tratamento da informação. Procurámos descrever os factos e realidades de forma sucinta mas rigorosa. Contudo, reconhecemos que este tipo de produto tem as suas limitações. Quando analisamos resultados de projecções temos que ter sempre em mente que as mesmas se baseiam em premissas. A validade das projecções depende da verificação das suas premissas. Por outro lado, projecções de longo e muito longo prazo têm a limitação da volatilidade das variáveis que a compõem. Existem ainda variáveis que não são controláveis nos modelos ou a possibilidade de choques externos que podem alterar o resultado esperado.

Num trabalho de investigação com estas características torna-se indispensável para o investigador, tomar um conjunto opções na sua abordagem ao tema em estudo. O tema escolhido para esta investigação é muito abrangente, pelo que ficaram um sem número de tópicos interessantes para investigação futura.

Entre os quais, podemos identificar o estudo sobre as pensões privadas em Portugal. Dada a perda prevista nas pensões futuras, será que a população Portuguesa tem optado por soluções alternativas, nomeadamente, participação em fundos privados? Quais as vantagens e desvantagens do mercado de ofertas de pensões privadas? Seria, igualmente, interessante estudar a heterogeneidade regional do envelhecimento, as suas principais causas e possíveis abordagens resolutivas. Por fim, gostaríamos de deixar a sugestão do desenvolvimento de modelos que consigam projectar o efeito individual e conjugado, das políticas correctivas da tendência de envelhecimento, para podermos aferir sobre a sua eficácia.

BIBLIOGRAFIA

BARR, N., *The Economics of the Welfare State*, Oxford University Press, 2004.

BELL, J., *Como realizar um projecto de investigação*, Gradiva, 2004.

CARRILHO, M. J., e PATRÍCIO, L., *A situação demográfica recente em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística nº 42, art. 4º, 2008.

COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS, *O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade*, 2006.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL, Comissão Permanente de Concertação Social, *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social*, 2006.

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008 – 2010, 2008.

EUROPEAN COMMISSION, *2009 Ageing Report: Economic and Budgetary projections for the EU-27 Member States (2008-2060)*, Provisional Version, 2009.

EUROPEAN COMMISSION, *The impact of ageing on public expenditure: projections for the EU25 Member States on pensions, health care, long-term care, education and unemployment transfers (2004-2050)*, 2006.

EUROSTAT, *Eurostat Population Projections 2004- based: main results from the Trend scenario*, 2004.

FIALHO, D., *SOCIUS Working Papers, N°10*, 2006.

FONSECA, A.M., *O Envelhecimento – Uma abordagem psicológica*, Universidade Católica Editora, 2004.

GUIBENTIF, P., *Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo*, 1985.

IMAGINÁRIO, C., *O idoso dependente em contexto familiar*, Formasau, 2004.

INE - Inquérito ao Emprego. Apresentados no Plano Nacional de Emprego, *Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo (ENEA)*, 2006.

INE, *Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual*, Revista de estudos demográficos n.º. 40, art.º. 2º, 2006.

INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 – Particularidades da população idosa*, 2002.

INE, *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*, 2002.

INE, *Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal*, Revista de estudos demográficos n.º. 35, art.º. 6º., 2004.

INE, *Projecções de População Residente em Portugal – 2000- 2005*, 2003.

INE, *Projecções de População Residente em Portugal 2008 – 2060*, 2009.

INE, *Projecções de População Residente em Portugal 2008 – 2060, Metodologia*, 2008.

MAGALHÃES, M.G., e PEIXOTO, J., *O impacto de diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal, 2009 – 2060*, 2008.

MENDES, F.R., *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL, “*Anexo ao Acordo sobre a Reforma da Segurança Social – Impacte das Medidas*”, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL, *Medidas de Reforma da Segurança Social*, 2006.

OLIVEIRA, J.H.B., *Psicologia do Envelhecimento e da Velhice*, Legis Editora, 2005.

PEREIRINHA, J.A., CAROLO, D.F., *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social*, CISEP – ISEG, 2006.

PIMENTEL, M.L., *O lugar do idoso na família: contexto e trajectórias*, Quarteto, Coimbra, 2001.

PLANO NACIONAL DE EMPREGO, *Estratégia Nacional do Envelhecimento Activo*, 2006.

RETO, L., NUNES, F., *Normas de elaboração de teses de mestrado*, INDEG/ISCTE, 2001.

SOUSA, L., FIGUEIREDO, D., CERQUEIRA, M., *Envelhecer em Família*, Ambar, 2004.

SÍTIOS

<http://alea-estp.ine.pt/Html/glossar/html/glossar.html#s/>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

http://europa.eu/index_pt.htm/

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main/

<http://www.mtss.gov.pt/>

<http://www.oecd.org/statsportal>

<http://www.socialgest.pt/>